



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

A implementação da Lei nº 10.639/03: uma análise de política linguística e proposta de planejamento linguístico.

Vânia Alves da Silva

Brasília

2011

Vânia Alves da Silva

A implementação da Lei nº 10.639/03: uma análise de política linguística e proposta de planejamento linguístico.

Dissertação submetida ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Enilde Leite de Jesus Faulstich

Brasília

2011

Vânia Alves da Silva

A implementação da Lei nº 10.639/03: uma análise de política linguística e proposta de planejamento linguístico.

Dissertação submetida ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Linguística.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Enilde Leite de Jesus Faulstich – LIP/UnB (Presidente)

Prof^a. Dr^a. Rozana Reigota Naves - LIP/UnB (Membro Interno)

Prof. Dr. Amauri Rodrigues da Silva - UniCEUB (Membro Externo)

Prof. Dr. Antônio Augusto Souza de Mello – LIP/UnB (Suplente)

Aos meus amados alunos que sempre são inspirações para as minhas “ansiedades” acadêmicas e que também são inspirações para que sempre eu me apaixone pela sala de aula e visualize o papel de professor como um eterno aluno, um eterno pesquisador.

À minha família com traços tão mulatos impossíveis de distanciar das belas raízes africanas.

Aos amigos brasileiros africanistas e, em especial, apaixonados pela docência: Automagno, Ana Stela, Amauri.

“Sou brasileira, faceira, mestiça, mulata...”

Tereza Cristina – Nem ouro, nem prata.

AGRADECIMENTOS

Este momento de agradecimento não será justo com todos que, de algum modo, me ajudaram nesta caminhada de conhecimento íntimo e de dedicação a um tema tão pouco difundido no Brasil.

Agradeço imensamente:

- A Deus, pela força de me desvencilhar dos obstáculos durante a minha jornada acadêmica.
- À minha família inteira, pelo apoio, companheirismo e, principalmente, pela compreensão dos meus longos momentos reclusos e das intermináveis horas de partilha de idéias com o primeiro que aparecesse. Em especial, agradeço ao meu marido, Tiba, por ser mais que um companheiro. Foi o primeiro leitor e crítico das minhas ideias, mesmo quando o surto de minha criação acontecia nas madrugadas; assim o texto se desenvolvia regado de café, de propostas de aplicação à sala de aula e de muito amor.
- Aos meus professores que sempre demonstraram paciência, sabedoria e simplicidade. Em especial, à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Enilde Faulstich, que acolheu a minha pesquisa com um carinho ímpar e confiou em meu trabalho; à Prof^a. Dr^a. Daniele Marcelle Grannier, que, desde a minha graduação, acreditou no meu percurso acadêmico e sempre me incentivou a continuar estudando; à Prof^a. Dr^a. Margarida Petter, por ter sido tão solícita e generosa ao me atender quanto às minhas aflições sobre o estudo de africanismos desde a minha especialização; à Prof^a. Dr^a. Rosa Henckel, pelo suporte bibliográfico de sua autoria e que, na época, alguns não tinham sido publicados; à Prof^a. Dr^a. Ana Stela Cunha, pelo imenso prazer de conhecer o seu trabalho no Maranhão e de participar de projetos de implementação da Lei nº 10.639/03.
- Aos meus amigos: Cristiano Porfírio, pelo apoio emocional e pela generosidade em me ajudar na “*web designer*” do projeto “Africanismos no Português do Brasil”; Alessandra, pelas horas de discussão sobre

Política Linguística; Eduardo, por sempre trazer informações, textos, congressos que norteavam a temática da minha pesquisa; Rosimar, pelo imenso carinho, consideração e críticas linguísticas pertinentes ao tema.

- Aos meus amigos africanistas próximos a mim e que me inspiraram a escrever sobre essa temática tão apaixonante e tão instigante sob o ponto de vista linguístico. Agradeço por eles serem ouvintes e generosos ao compartilharem comigo todas as experiências e, por muitas vezes, me ajudarem a escrever as minhas ideias inicialmente tão desconexas.
- Ao Dr. Júlio Romário e Lia – Conselho de Defesa de Direitos do Negro, por todo suporte, atenção e delicadeza em me atender durante a análise dos relatórios das escolas particulares do Distrito Federal.
- Aos meus colegas de trabalho por serem solícitos às minhas indagações acerca da implementação da Lei nº 10.639/03 e, principalmente, pelo respeito ao meu silêncio e distanciamento pessoal para reflexão acadêmica. Agradeço também pela energia positiva ao direcionarem a minha pessoa a fim de que eu consiga realizar esse sonho materializado nesta pesquisa.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	IX
RESUMO.....	X
ABSTRACT	XI
1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Contexto histórico da Língua Portuguesa no Brasil.....	14
1.2. Levantamento histórico da influência africana no Brasil.....	16
1.3. Reflexões linguísticas sobre a influência africana no Português do Brasil.....	19
1.4. Delimitação da pesquisa.....	24
2. REVISÃO DA LITERATURA	26
2.1. Interpretação funcional de Língua e Linguagem.....	26
2.2. Africanismos ou Influência Africana?	29
2.3. Conceituação de Política Linguística e Planejamento Linguístico.	31
2.4. Acerca de Política Educacional e Educativa.	34
2.5. Documentos regulamentadores da Educação Básica.	35
3. METODOLOGIA	45
3.1. Etnografia.....	45
3.2. Resultados e análise interpretativa dos dados.	50
3.3. Procedimentos teóricos de estruturação do planejamento linguístico.....	62
4. PROPOSTA DE PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO.....	64
4.1. Proposta de disciplina para graduação em Letras: capacitação de futuros professores de Língua Portuguesa.	68
4.1.1. Disciplina para curso de Letras: Africanismos no Português do Brasil.	69
4.2. Proposta de curso de extensão para formação continuada de professores ativos..	73
4.2.1. Planejamento de curso de extensão em Africanismos no Português do Brasil a distância.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

APÊNDICE	90
ANEXOS	231

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Esboço de mapa etnológico africano no Brasil - CASTRO, 2002: p. 23.	18
Figura 2 - Distribuição das escolas analisadas conforme a localização no Distrito Federal. ..	52
Figura 3 - Gráfico de escolas pesquisadas por segmento de ensino.....	52
Figura 4 - Gráfico de componentes curriculares que trabalham com a temática de História e Cultura Afro-Brasileira como conteúdo programático regular.....	53
Figura 5 - Outros componentes curriculares vislumbram a Lei nº 10.639/03.....	54
Figura 6 - Gráfico de escolas que utilizam projetos interdisciplinares para abordar a História e Cultura Afro-Brasileira.....	55
Figura 7 - Gráfico de percentual de participação de componentes curriculares em projetos interdisciplinares em escolas, segundo análise dos dados contidos nos relatórios do CDDN.....	56
Figura 8 - Gráfico sobre a relação entre os professores e a temática de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, segundo documentos do CDDN.....	59
Figura 9 - Abordagem da Lei nº 10.639/03 em Língua Portuguesa.	60
Figura 10 - Adequação do material didático de língua portuguesa à Lei nº 10.639/03.....	61
Figura 11 - Tabela 1- Segundo modelo de planejamento linguístico, segundo Haugen (1983).	65
Figura 12 - Tabela 2 - Modelo de Haugen aplicado aos africanismos.	66

RESUMO

O povo brasileiro é resultado da fusão de elementos culturais oriundos de diversos países, por isso, há a influência de elementos histórico-culturais africanos. Quando se começa a falar da contribuição de portugueses, de índios e de negros na formação da identidade nacional, principia-se a enfatizar a influência das línguas indígenas e somente depois se insere a influência linguística dos povos africanos, a qual muitas vezes é vista com marcas de preconceito com os títulos de “línguas de preto”, “línguas de culto” ou “línguas secretas”. Contudo, a influência linguística dos povos africanos é percebida nos valores e nas manifestações culturais e históricas e reflete a ideologia do povo brasileiro por meio de lexemas, de expressões comunicativas (orais ou não-orais) e ritmos. Com isso, o objetivo central dessa pesquisa é elaborar um planejamento linguístico que favoreça a aplicação, em especial, da Lei nº 10.639/03, a qual direciona o ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica, re-estruturando, assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº. 9.293/96, com o foco direcionado aos componentes curriculares de História, Língua Portuguesa e Artes. Como metodologia, é utilizada a etnografia com base na análise da aplicabilidade das leis nº 10.639/03; 9.394/96; Diretrizes do Conselho Nacional de Educação; Parâmetros Curriculares Nacionais. Além disso, foi feita a análise de materiais didáticos de língua portuguesa e, posteriormente, a análise de ofícios encaminhados ao Conselho de Defesa de Direito do Negro pelas instituições de ensino particular do Distrito Federal quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.639/03, com ênfase, aos aspectos linguísticos. Por fim, a pesquisa em questão constrói-se teoricamente pelos conceitos de Política e Planejamento Linguístico estruturado segundo Calvet (2007), a fim de implementar, na grade curricular dos cursos de Letras em instituições de Educação Superior do Brasil, uma disciplina com vias de formação dos licenciados em Letras quanto à influência africana no português do Brasil, visto a necessidade de formação específica dos futuros docentes de Língua Portuguesa da Educação Básica; além disso, propõe-se também um curso de extensão a distância a fim capacitar os docentes de Língua Portuguesa para atuarem no ensino e uma formação, para qual não receberam formação.

Palavras-chave: Africanismos, Planejamento Linguístico, Política Linguística, Cultura Afro-Brasileira, Lei nº 10.639/03.

ABSTRACT

The Brazilian people are a result of the fusion of cultural elements from various countries, so there is the influence of historical and cultural elements of Africa. When you start talking about the contribution of Portuguese, Indians and blacks in the formation of national identity, begins to emphasize the influence of indigenous languages and only after it enters the linguistic influence of the African peoples, which is often seen with Prejudice marks with titles of "black languages", "language of worship" or "secret language". However, the linguistic influence of the African peoples is seen in the values and cultural and historical and reflects the ideology of the Brazilian people through lexemes of communicative expression (oral or non-oral) and rhythms. Thus, the objective Central to this research is to develop a language that favors the planning application, in particular, of Law No. 10639/03, which directs the teaching of history and african-Brazilian culture in basic education, re-structuring, so, the Act and Guidelines Basic Education - No LDB. 9.293/96, with the focus directed at the curriculum components of History, Arts and Portuguese. The methodology used is based on the ethnographic analysis of the applicability of the law No. 10639/03, 9394/96, Guidelines of the National Council of Education, National Curriculum. Furthermore, the analysis was made of materials in Portuguese and, later, the analysis of letters sent to the Council of Defense Law of Negro education institutions particularly the Federal District on the applicability of Law No. 10639/03, with emphasis , the language aspects. Finally, research in question is constructed theoretically by the concepts of Language Policy and Planning structured by Calvet (2007) in order to implement the core curriculum of courses of Arts in Higher Education Institutions in Brazil, a discipline with training courses for graduates Letters about the African influence in Portuguese of Brazil, since the need for specific training of future teachers of Portuguese basic education, in addition, it is also proposed an extension course at a distance in order to empower teachers to work in Portuguese education and training, to which have not been trained.

Keywords: African, Language Planning, Language Policy, Afro-Brazilian Culture, Law No. 10.639/03.

1. INTRODUÇÃO

Ao se tratar de política linguística no Brasil, é preciso, antes de tudo, analisar o contexto histórico de formação da identidade nacional e, obviamente, perpassar pelos momentos mais significativos da expansão marítima de Portugal e as devidas consequências desse estágio histórico, como a escravidão de africanos.

Durante todo o século XVI, os portugueses detinham o monopólio do tráfico, desde o porto de Arguim, as ilhas de Cabo Verde, até o forte de São Jorge de Mina (até 1637), passando pela ilha de São Tomé, acima do equador. Esta foi para os portugueses o primeiro grande centro de distribuição de escravos levados do continente. Depois, nos séculos XVII e XVIII, Angola, que exerceu esse papel centralizador, por intermédio de dois reinos negros, que prosperaram entre 1670 e 1750: um ao sul, denominado Benguela; outro ao norte, chamado Ndongo – donde o título *ngólà*, exclusivo dos chefes desse reino, que serviu para forjar o termo Angola que veio a designar, em seguida, o conjunto do país – o qual foi o grande reservatório de homens negros para o tráfico brasileiro (MATTOSO, 1979: 26 *apud* BONVINI, 2008).

Durante esse período, a iniciativa privada se encarregou progressivamente do tráfico, havendo, no século XVIII, companhias sediadas no Brasil, cuja importância, dinamismo e cuja flexibilidade levaram a estabelecer um comércio direto entre o Brasil e a África, evitando, assim, a etapa europeia. Essa nova política nasceu na sequência da iniciativa brasileira de Salvador Correia de Sá e Benavides (1602-1686) de reconquistar Angola, pela expulsão dos holandeses do porto de Luanda, em 1648. Na realidade, no entanto, desde 1559, os portugueses estabelecidos no Brasil encarregaram-se de suprir de mão-de-obra negra as terras brasileiras (BOXER, 1973: 236-254).

Além disso, é útil sublinhar dois pontos-chave que permitem apreender melhor a especificidade do tráfico praticado nos séculos XVII e XVIII, na zona costeira da África que vai do sul do atual Gabão até a atual Angola.

O primeiro ponto retrata o papel inicial da ilha de São Tomé. Colonos portugueses instalaram-se a partir de 1485 e aí desenvolveram a cultura de cana de açúcar, tendo uma necessidade crescente de mão-de-obra para as plantações. Desde 1500, seus habitantes receberam do rei de Portugal o privilégio de comerciar em toda a costa, desde o

Golfo da Guiné até o reino do Congo. Eles foram os primeiros a organizar o tráfico no Congo, que só começou realmente depois de 1510.

O segundo ponto diz respeito quanto ao tipo de tráfico, visto que, no início, empreenderam-se guerras contra os negros sem a menor provocação, com a única finalidade de capturar escravos. Depois elas foram substituídas, no início do século XVII, por um comércio dito “pacífico”, embora muitas vezes feito com a ajuda de meios coercitivos. Esse comércio estava nas mãos dos brancos instalados em Luanda, que confiavam as mercadorias aos pombeiros, mercadores itinerantes negros ou mestiços. No interior, ele era supervisionado por agentes oficiais do governo de Luanda (capitães-mores). Caçanje era considerado o principal mercado de todo o interior.

Desde o início, o tráfico era essencialmente um comércio a longa distância, pois ele exigia estabelecer, primeiramente, trocas com regiões afastadas, tanto mais que habitualmente os escravos vendidos nos portos dos estados comerciantes provinham de outras etnias. Era o pombeiro que se encarregava de viajar pelo interior para trocar mercadorias (tecidos ou outros objetos) por escravos.

Os escravos eram destinados a ser exportados ou a ser utilizados na costa a serviço dos habitantes do estado corretor. As exportações faziam-se por três pontos principais: da região ao norte do rio Congo (ex-Zaire), por Loango e pelos portos vizinhos de Malemba e Cabinda; do Congo, pelo porto de Pinda na foz do rio; de Angola, por Luanda (RANDLES, 1968: 177).

Esse tipo de comércio levou a criar, nos lugares de embarque, entrepostos de cativos, cada vez mais permanentes, fixos e organizados. Na maioria das vezes, meses eram necessários para completar a carga de um navio. No Congo, em Angola, em Benguela, os portugueses privilegiaram o “depósito fixo” (barracão), onde empregados permanentes dispunham de tempo para reunir um grande número de cativos e entregá-los juntos aos negreiros. Os cativos, geralmente enfraquecidos pela viagem do interior para a costa, recebiam cuidados especiais antes de ser embarcados e, se a partida demorasse, eles trabalhavam a terra para dela retirar os mantimentos necessários para sua alimentação (BOXER, 1973: 243). Uma variante desse sistema, utilizada em Angola pelos portugueses, consistia em estabelecer um depósito de cativos não em terra firme, mas num grande navio permanentemente ancorado num porto, a fim de tornar um grande número de cativos menos vulnerável aos ataques exteriores.

Essa organização particular do tráfico, diretamente orientado para o mercado brasileiro, criou as condições linguísticas favoráveis à emergência de uma nova situação

linguística para os cativos, que pôde influir, por sua duração e sua renovação regular, naquela que ocorrerá em seguida no Brasil. Essa situação caracteriza-se por uma concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do quimbundo como língua veicular, falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até sua foz. No mesmo período, deu-se um contato igualmente forçado e prolongado com a língua portuguesa, falada no interior primeiramente pelos pombeiros (recrutadores de cativos) e, em seguida, na costa africana pelos negreiros brasileiros, que eram às vezes seus futuros senhores. Não se pode esquecer, ademais, o período da viagem marítima, que se passava nos porões dos navios e que durava aproximadamente trinta e cinco dias de Luanda a Recife, quarenta, até Salvador e dois meses, até o Rio de Janeiro. (BONVINI, 2008)

Em Angola e provavelmente no Brasil, a língua portuguesa da época já integrara, em sua variante local, um número importante de termos africanos. Vários cativos estavam já familiarizados com o português falado em Angola ou eram seus falantes.

Ainda segundo Bonvini, a primeira experiência linguística dos cativos originários da área banta foi a de um plurilinguismo forçado e concentracionário, que resultou, antes mesmo de sua partida para o Brasil, no provável emprego de uma língua veicular africana (o quimbundo) e numa certa familiaridade com a língua de seus futuros senhores. Isso terá como consequência o fato de que, para muitos escravos negros, originários de Angola, o plurilinguismo brasileiro – línguas africanas transplantadas, língua portuguesa dos senhores – com que serão confrontados não será vivido como uma experiência primeira e inédita. Num e noutro caso, se tratará, pelo menos, do já “ouvido”, o que pode explicar, ao mesmo tempo, a adoção de uma língua veicular africana e, em certos casos, o emprego imediato da língua falada pelos senhores.

1.1. Contexto histórico da Língua Portuguesa no Brasil

O Brasil foi descoberto em 1500, entretanto a colonização só se inicia em 1532 com a efetiva instalação dos portugueses no Brasil. Desde então, a Língua Portuguesa começa a ser falada em mais um novo espaço - haja vista que Portugal, devido à tradição de “colonizador” já havia desbravado outras regiões, como o próprio continente africano; mas o funcionamento do português não é homogêneo ao longo da linha temporal.

Bonvini (2008) estrutura alguns momentos significativos de fortalecimento da Língua Portuguesa no Brasil, primeiro momento histórico que registra a importância do português vai do início da colonização até a expulsão dos holandeses em 1654. Durante esse período, a Língua Portuguesa padrão, obviamente, era utilizada por letrados, grandes proprietários de terra e alguns funcionários; os demais falavam a ‘língua geral’. Para uma dominação melhor da colônia, o português passa a ser ensinado nas escolas católicas e empregado em documentos oficiais, de tal modo que ele já aparece como língua de Estado; entretanto, essa situação não apresentava a realidade linguística do Brasil, segundo levantamento feito por Anchieta em 1538, no qual mais de 50% da população do Estado de São Paulo falava a língua geral.

O segundo momento vai de 1654 até 1808, ano da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, fato desencadeado pela invasão feita por Napoleão em Portugal. Além disso, com a expulsão dos holandeses do Brasil, a Língua Portuguesa garante um crescimento e esse crescimento se acentua devido à chegada da Família Real, entretanto, junto com a Família Real vieram os negros trazidos da África para o desenvolvimento da escravidão. Com isso, o português é modificado e, à medida que aumenta a escravidão, aumentam também os contatos entre os locutores das línguas africanas e os que falam o português ou a língua geral.

Além disso, os portugueses que chegaram ao Brasil vieram de diferentes regiões de Portugal; assim, uma grande variedade regional de falares portugueses divide o mesmo espaço de comunicação no Brasil. Então, que português se fala? Essa é a primeira reflexão feita a respeito da historicização do português do Brasil, o que o coloca em desvio na relação com a evolução linguística em Portugal.

Com essa situação, a ação do Estado se faz pela imposição do ensino da Língua Portuguesa na escola. É necessário sublinhar a ação do Marquês de Pombal que proibiu o ensino das línguas indígenas nas escolas dos Jesuítas e que tornou obrigatório o ensino do português.

Nesse novo espaço-tempo, o português é a uma só vez a língua do Estado e a língua dominante diante do caráter de constituição política do Brasil.

O terceiro momento também resulta da influência da vinda da Família Real Portuguesa, pois há o deslocamento de cerca de 15.000 portugueses para a nova sede da Coroa Portuguesa. Além disso, o rei Dom João VI criou a Imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, esta com um papel fundamental na vida cultural e intelectual brasileira até hoje, com isso, há um “efeito de unidade do português” no Brasil.

Por fim, o quarto momento – conforme Bonvini (2008) - começa em 1826, quatro anos depois da Independência do Brasil, quando um deputado propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em *linguagem brasileira*. No ano seguinte, depois de longas discussões que se seguiram a essa proposta, uma lei estabelece que os professores devem ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. Assim, ao se colocar a questão da língua nacional no Brasil, evita-se, ao mesmo tempo, nomeá-la oficialmente seja como língua portuguesa, seja como língua brasileira.

Além disso, é no final do século XIX que aparecem as “teorias” do caráter nacional brasileiro embasadas em doutrinas raciais, que buscam explicar o atraso de nosso país pela existência em nossa formação social de raças¹ “inferiores” e de mestiços. Mesmo com a publicação de obras antirracistas, em especial do período literário chamado de Naturalismo, percebe-se uma tendência ao branqueamento do Brasil. Posteriormente, com Gilberto Freyre, busca-se descrever e explicar o Brasil por meio do processo de miscigenação, mostrando que o país se forma a partir da contribuição de portugueses, índios e africanos e, conseqüentemente, a cultura brasileira passa a descrever-se como uma cultura da mistura, do sincretismo.

1.2. Levantamento histórico da influência africana no Brasil

A influência de elementos de origem africana no português do Brasil está associada diretamente à presença de negros escravos cuja importação, iniciada em meados do século XVI, prolongou-se até o século XIX, desdobrando-se em quatro grandes ciclos (MATTOSO, 1979:22 *apud* BONVINI, 2008):

- Ciclo da Guiné, no século XVI, que trouxe como escravos, principalmente, os “Sudaneses”, originários da África situada ao norte do Equador.
- Ciclo do Congo e de Angola, no século XVII, que trouxe os negros “bantos”.
- Ciclo da Costa da Mina, no século XVIII, que, novamente, trouxe “Sudaneses”, desdobrando-se, a partir da segunda metade do século XVIII, para dar origem a um ciclo propriamente baiano: o ciclo da baía do Benim;

¹ O termo “raça” foi utilizado no sentido etnológico, o qual designa o quesito de formação cultural e não as características biológicas específicas de grupo.

- No século XIX, os escravos vêm de diversas regiões, com uma predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique.

Segundo Bonvini (2008), as razões econômicas ligadas a esses ciclos de importação são: nos séculos XVI e XVII, a cultura da cana de açúcar e do fumo; no século XVIII, a exploração das minas de ouro e de diamantes, mas também a cultura do algodão, do arroz e a colheita de especiarias; no século XIX, a cultura do café. Com efeito, foi essa a razão entre ciclos de importação de escravos e razões econômicas que regulou o tráfico tanto no tempo quanto no espaço, adaptando-o aos lugares e aos acontecimentos.

Essa repartição em ciclos só é válida em suas grandes linhas, porque o fim de um ciclo não estanca totalmente a chegada de homens negros vindos da região do ciclo precedente e, ademais, a metrópole portuguesa teve sempre a política de misturar as diferentes etnias para impedir a concentração de africanos de mesma origem numa mesma região como já foi descrito anteriormente.

Levando-se em conta a região de origem dos escravos africanos, pode-se estimar que foram atingidos pelo tráfico locutores de cerca de 200 a 300 línguas – número relativamente pequeno, se considerarmos o inventário levantado por Grimes (1988) que indica a presença de mais de 1900 línguas no continente africano. As línguas para cá transplantadas provêm essencialmente de duas grandes áreas (BONVINI & PETTER, 1998:72-73):

a) área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversas: (i) “oeste-atlântica” (fulfulde, wolof, serer, temne...); (ii) “mande”(mandinga, sobretudo); (iii) “kwa” ou “gbe” (ewe, gen, aja, fon), designadas como “jeje” no Brasil; (iv) “benue-congo”, principalmente falares ioruba designados no Brasil pelo termo “nagô-ketu”, nupe (tapa), igbo, ijo... e também (v) “chádica” (haussá) ou ainda (vi) “nilosaariana” (kanuri);

b) área banto – limitada à costa ocidental (atuais Congo, República Democrática do Congo -antigo Zaire- e Angola) , e somente mais tarde à costa oriental (Moçambique) – caracterizada por um número reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos: (i) quicongo (H10), falada pelos Bacongo, numa zona correspondente ao antigo Reino do Congo; (ii) quimbundo (H20), falada pelos Ambundo, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo; (iii) umbundo (R10), falada pelos Ovimbundo, na região de Benguela, em Angola.

A maior parte dos estudos sobre a participação das línguas africanas no português no Brasil menciona, quase exclusivamente, a influência de duas dessas línguas - ioruba e quimbundo. É bem verdade que o tráfico promoveu uma relativa seleção de línguas, acentuada pela forma de convivência em solo brasileiro, que modificou o estatuto linguístico de muitas delas - que chegaram a tornar-se, em algumas regiões, línguas gerais, como o quimbundo, no século XVII e o ioruba, no século XVIII. No entanto, a referência à presença de apenas duas línguas africanas denuncia uma simplificação dos fatos que só pode ser explicada pelo desconhecimento da história e da realidade linguística africana e sua influência no processo de identidade do Brasil. Situação esta que pode ser ilustrada com a análise do mapa a seguir retirado de CASTRO, 2002.



Figura 1 - Esboço de mapa etnológico africano no Brasil - CASTRO, 2002: p. 23.

O mapa etnológico apresentado por Castro comprova a miscigenação de etnias, conseqüentemente de línguas de várias tribos africanas, no território brasileiro. É evidente, também, predominância dos grupos banto e nagô-iorubá; entretanto, há regiões, como Bahia,

Minas Gerais e Rio de Janeiro, que coexistem mais de um grupo étnico; com isso, é notório que o percurso econômico e linguístico, evidenciados por BONVINI, 2008, traduz um eixo convergente.

Além disso, se considerarmos, agora, o conjunto dos vocábulos de origem africana atestados no português falado no Brasil, do ponto de vista de sua acumulação, isto é, como estoque lexical, duas constatações se impõem.

Em primeiro lugar, esse estoque lexical constituiu-se progressivamente. Resulta de um longo processo histórico de mais de cinco séculos que começou em Portugal no século XV, continuou na África nos séculos seguintes, e paralelamente, no Brasil, onde se desenvolveu de modo extenso. Foi durante esse longo processo que se deu a integração progressiva dos termos africanos emprestados que representa hoje o potencial lexical português.

A segunda observação diz respeito ao próprio conjunto dos empréstimos das línguas africanas, como estoque lexical e cultural. Uma análise minuciosa desse conjunto permite notar que essa totalidade, no seu estado atual, não é homogênea. Ela se constitui de descontinuidades semânticas. Contextos discursivos heterogêneos, simultâneos ou sucessivos – escravidão, economia açucareira, produção de minérios, vida urbana, religião..., mas também resistências culturais – disseminados no tempo e no espaço, contribuíram para criar peculiaridades semânticas sob a forma de termos. É assim que esse conjunto, em especial o caráter lexical, é antes um conglomerado termos, alguns culturais e religiosos, outros técnicos (exploração agrícola e de minérios), outros socioeconômicos.

1.3. Reflexões linguísticas sobre a influência africana no Português do Brasil

Qualquer que seja a identidade e a antiguidade das línguas trazidas do continente africano, trata-se sempre de línguas desenraizadas de seu contexto, submetidas, além disso, ao perigo de diversas rupturas. Daí decorre seu estado de degradação. A ruptura semântica foi, sem dúvida, a que mais se sentiu: para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente desnecessário ou passou a “girar em falso”, porque elas não refletiam mais a realidade africana, mas, ao mesmo tempo, ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas (plantas, farmacopeia, caça, animais, novas técnicas e novos produtos de consumo). A outra ruptura foi de ordem dialógica, pois essas mesmas línguas foram confrontadas com contatos linguísticos

inabituais: novas línguas convivendo no mesmo espaço (outras línguas africanas decorrentes do tráfico, línguas ameríndias, língua portuguesa falada pelos senhores), sem esquecer a perda de seu valor identitário consecutivo ao desaparecimento das variantes dialetais.

Segundo BONVINI (2008), a escassez de documentos escritos é bem compreensível em razão da situação histórica inteiramente nova e da ausência de estatuto social reconhecido dos escravos, entretanto, há alguns documentos, que podem servir de índices para esboçar a história da presença de línguas africanas na situação linguística decorrente da escravidão. Cronologicamente, pode-se ter em conta os seguintes documentos:

a) *Século XVII: quimbundo falado no Brasil, gramatizado em Salvador da Bahia*

Trata-se da Arte da língua de Angola, de Pedro Dias, redigida no Brasil, mas publicada em Lisboa em 1697. Um levantamento dos termos quimbundos atestados nessa gramática permite depreender 227 vocábulos, que são dados isoladamente ou em frases, na forma de exemplos oferecidos em apoio à descrição dessa língua. Esses exemplos foram escolhidos com um fim didático, de onde decorre o caráter um pouco artificial de seu emprego.

b) *Século XVIII: língua “minna”, língua veicular africana falada em Minas Gerais*

Um manuscrito, concebido como um manual de aprendizagem da língua destinado aos senhores de escravos, foi redigido em Minas Gerais, mas precisamente em Vila Rica de Ouro Preto, por Antonio da Costa Peixoto. Esse texto, fundamental para a época da exploração das minas, contém, de acordo com a primeira contagem, provavelmente incompleta, 831 vocábulos. Trata-se antes de um vocabulário de especialidade, aquele específico do contexto de exploração das minas, universo quotidiano do escravo da época na zona mineira.

c) *Século XIX: listas de palavras de línguas africanas faladas em São Salvador de Bahia*

O século XIX coincide com a última fase do tráfico negreiro, cujos períodos mais significativos são proibição do tráfico negreiro ao norte do equador; convenção entre Brasil e Inglaterra para a extinção do comércio de escravos na costa da África; proibição do tráfico de escravos para o Brasil; extinção do tráfico de escravos. Na primeira metade do século, o tráfico tem um crescimento sem precedente, somente a partir de 1840 que a campanha internacional contra a escravidão e a vigilância preventiva das águas do Atlântico pela

marinha britânica conseguiram, progressivamente, neutralizar e, finalmente, suprimir essa atividade que predominou durante três séculos.

Essa situação, na verdade, contribuiu para acentuar no Brasil um plurilinguismo africano de que diversos documentos dão testemunho, e esse plurilinguismo só será efetivamente atestado no final do século XIX com base no testemunho de Nina Rodrigues.

Segundo Nina Rodrigues (1932), em sua obra *Os africanos no Brasil*, em 1815 a Bahia tinha 500.000 escravos, já em 1874, houve um despovoamento devido à desconcentração econômica, por isso o contingente de escravos diminuiu para 173.639. Ainda observa, no entanto, que as línguas africanas faladas no Brasil sofreram para logo grandes alterações, já com a aprendizagem do português por parte dos escravos, já com a da língua africana adotada como língua geral pelos negros aclimados ou ladinos – escravos negros que já conheciam a língua, os usos e costumes do país.

d) *Século XX: as línguas africanas, línguas confinadas*

Dois acontecimentos caracterizaram o fim do século XIX: primeiro, a abolição da escravatura (1888); depois, a nova distribuição econômica representada pela cultura do café que levou a uma redistribuição geográfica da massa dos ex-escravos e de seus descendentes.

O primeiro acontecimento teve como efeito quase imediato o declínio progressivo e, finalmente, a extinção da maior parte das línguas africanas que estavam ligadas até então à escravidão e que tinham sido regularmente alimentadas, durante mais de três séculos, por um aporte maciço de escravos em zonas geográficas bem definidas, geralmente delimitadas pelo tipo de produção econômica: cana de açúcar, tabaco, mineração. Nessas zonas, certas línguas africanas tinham-se sucedido, ao longo do tempo, sob a forma de língua veicular (“língua geral”): quimbundo, “mina”, ioruba, permitindo, ao mesmo tempo, que o português coexistisse com as línguas africanas, ao longo dessa sucessão, sob a forma de alternância de códigos.

A nova conjuntura econômica, que levou a uma redistribuição geográfica da massa de ex-escravos, operou igualmente uma mutação linguística. De um lado, a utilização da língua portuguesa estendeu-se a toda a população negra e, além disso, ao impor-se no dia a dia, pôs fim à alternância inicial e secular de códigos entre a Língua Portuguesa e as línguas africanas. De outro lado, as antigas línguas, principalmente as veiculares (quimbundo, “mina”, iorubá) foram confinadas a um uso “interno”, específico de uma determinada população, como ferramentas de preservação identitária, de autodefesa e de sua afirmação como grupo. Elas foram “refuncionalizadas” como línguas de especialidades num contexto

de clandestinidade, aprendidas ou transmitidas, seja sob a forma de línguas cultuais reservadas aos cultos ditos afro-brasileiros, seja sob a forma de língua “secretas” – utilizadas pelas populações negras isoladas como em Tabatinga e Cafundó (BONVINI & PETTER, 1998).

A problemática da relação entre as línguas africanas e o português do Brasil, no século XX, colocou-se a partir dos anos 30. Desde o começo, buscou-se evidenciar a participação daquelas na constituição da variante brasileira do português. Esse debate desenvolveu-se em dois planos independentes, o linguístico e o ideológico, prolongando assim as preocupações nascidas por ocasião da independência do Brasil em 1822.

Tratava-se, na época, de marcar a diferença entre o Brasil e Portugal. A ideologia nacionalista orientou então os estudos linguísticos na direção da pesquisa dos elementos diferenciadores, engendrados pela presença das línguas indígenas e africanas.

Os acadêmicos desse período deveriam trabalhar na descoberta dessa especificidade e, a despeito do fato de que a maioria deles não era linguista ou estava pouco preparada para essa tarefa, o caráter ideológico sobressaía em relação ao aspecto linguístico, por isso, quanto à temática em questão houve mais referências de análise antropológica e histórica que propriamente linguística.

Talvez o primeiro estudo sobre o tema tenha sido o livro de Nina Rodrigues (1862-1906): *Os africanos no Brasil*, cuja primeira edição é de 1932. Trata-se de obra ímpar sobre a formação cultural do povo brasileiro, buscando a genealogia étnica dos diferentes grupos populacionais africanos e seus descendentes. Nesse livro, Nina Rodrigues construiu um quadro amplo da vivência cultural da população negra de Salvador à época. E o foco especial em relação a esse quadro é a participação das religiões de origem africana, como os candomblés, no contexto da Bahia.

Além de *Os africanos no Brasil*, Nina Rodrigues escreveu os seguintes livros sobre o tema da influência africana na cultura brasileira: *O problema da raça negra na América Portuguesa* (1903) e *As bellas-artes nos colonos pretos do Brasil: a escultura* (1904) e *O animismo fetichista do negro no Brasil* (1935). São fontes incomparáveis de dados sobre a vida dos africanos e as tradições culturais afro-brasileiras no século XIX. As obras de Nina Rodrigues deram os primeiros passos para a visualização mais clara da influência africana no processo de formação do povo brasileiro, entretanto são obras de cunho documental histórico, ou seja, com recortes linguísticos restritos, os quais somente figuram a língua como elemento essencial de dominação de um povo e, ao mesmo tempo, de retrato de uma nação.

Após Nina Rodrigues, vários outros pesquisadores, em especial da História e Antropologia, continuaram a retratar a sociedade brasileira sob o ponto de vista multicultural. Dentre eles podemos citar Arthur Ramos (1934), Souza Carneiro (1930), Edison Carneiro (1937), Gilberto Freyre (1933), Roger Bastide e Pierre Verger (1961) e, mais recentemente, Nei Lopes (1988) e Costa e Silva (1992). Entre os citados, somente Nei Lopes, sob a ótica linguística, construiu fontes de pesquisa no campo lexicográfico, apesar de não possuir a formação básica da lexicologia e possuir um caráter de glossário pouco fundamentado e de pouca utilização no âmbito escolar, além de utilizar a base de coleta de corpus lexical de origem africana por meio da compilação dos dados do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

O fato mais interessante neste breve percurso bibliográfico é que os estudos, ou melhor, as fontes de pesquisa sobre a relação África e Brasil permanecem vinculadas à ação dos movimentos político-sociais contemporâneos em prol de uma visão multicultural da identidade do Brasil. Dessa forma, são percebidos os movimentos acerca das ações afirmativas de inclusão étnica e de conscientização cultural do povo brasileiro. Todos esses aspectos estão enraizados em várias esferas de poder: educação, política, inserção social, análise de grupos de minoria, além, é claro, das marcações constituídas pelo próprio contexto histórico da escravidão no Brasil.

Diante disso, o primeiro debate propriamente linguístico surge com a publicação das obras *A influência africana no português do Brasil* (1933), de Renato Mendonça, e *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo. Posteriormente, a Universidade Federal da Bahia e Universidade de São Paulo criam núcleos de estudos de elementos africanos nos quais incluem-se temas como a comprovação da influência africana no português do Brasil em diferentes níveis: lexicográfico, sintático, fonético e fonológico, morfológico e a hipótese de criouliização.

Todo esse contexto no Brasil faz surgir uma reflexão acerca da influência linguística de elementos africanos no Português do Brasil, desde o período da colonização até a contemporaneidade, a qual utiliza recursos legais para impor a discussão da temática em sala de aula.

Por isso, a pesquisa em questão, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília visa à análise de política linguística, devido à implementação da Lei nº 10.639/03, que compreende o ensino de história e cultura afro-brasileira, e planejamento linguístico adequado a essa temática, visto que os materiais

didáticos de Língua Portuguesa – livro didático e dicionários – não conseguem suprir as necessidades desse tema na Educação Básica.

1.4. Delimitação da pesquisa

A pesquisa em questão insere-se no projeto de pesquisa intitulado *Política Linguística em correlação com a História da Língua Portuguesa* coordenado pela Prof^a. Dr^a. Enilde Leite de Jesus Faulstich.

O presente estudo busca analisar as leis que norteiam o ensino de Língua Portuguesa no contexto da implementação da temática de história e cultura afro-brasileira; trazer à reflexão a análise dos materiais didáticos utilizados em salas de aula para propor diretrizes linguísticas efetivas de ensino de influência africana no português do Brasil.

Para chegar aos objetivos desejados, a pesquisa utiliza, no segundo capítulo, a revisão da bibliografia referente aos aspectos de influência africana no português do Brasil. Para isso, inicia com as interpretações de língua e linguagem, dando mais ênfase aos conceitos de língua e linguagem abordados por Sapir, no livro *Language*. Nele, o autor aborda a importância das relações entre povos de diversas culturas para a formação do sistema linguístico desses povos. Posteriormente, neste mesmo capítulo, há reflexões terminológicas acerca de qual termo deve ser utilizado ao retratar a língua portuguesa como elemento cultural: africanismos ou influência africana?

A segunda parte do capítulo 2 estrutura-se na conceituação de Política Linguística e Planejamento linguístico segundo fundamentos direcionados por Calvet (2007) em As políticas linguísticas. Essa conceituação é preliminar, visto que, no capítulo 4, haverá mais ênfase a análise desses conceitos com base nos modelos adotados por Haugen. Por fim, o capítulo 2 encerra-se com a descrição dos documentos que regulamentam a educação básica no Brasil, entre eles: Lei de Diretrizes e Bases da Educação; os Parâmetros Curriculares Nacionais e todos os documentos regulamentadores e norteadores para a Promoção da Igualdade Racial devido à implementação da Lei nº 10.639/03.

O capítulo 3 fundamenta a metodologia utilizada nessa pesquisa com base etnográfica com análise dos relatórios de ações de Promoção da Igualdade Racial nas instituições de educação básica particulares do Distrito Federal. Foi utilizado um questionário etnográfico com base estatística de combinação em algumas perguntas, as quais, durante a análise interpretativa, será evidenciada.

O capítulo 4 é considerado o cerne dessa pesquisa, pois propõe o planejamento linguístico necessário para a formação de futuros professores de Língua Portuguesa e também a formação e capacitação de professores atuantes com a proposta de um curso de extensão à distância para sanar as primeiras necessidades de relações entre a Lei nº 10.639/03 e as aulas de Língua Portuguesa no ensino básico.

Por fim, o capítulo 5 direciona as considerações finais desta pesquisa ressaltando a necessidade de as escolas de educação básica possuírem, em seu currículo regular – conforme a Lei nº 10.639/03 estipula – conteúdos coerentes ao ensino de língua portuguesa em correlação ao contato com as diversas línguas africanas e os diversos contextos comunicativos culturais da atualidade. Além disso, nesse capítulo enfatizamos a importância da formação e capacitação do professor de língua portuguesa para esse conteúdo específico e exigido pela lei em questão.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, abordaremos alguns conceitos significativos para o desenvolvimento da pesquisa; dentre eles uma revisão de literatura referente ao conceito de língua e a reflexão sobre a terminologia “africanismos” ou “influência africana” no português do Brasil. Ainda, revisaremos duas definições relevantes para o estudo: política linguística e planejamento linguístico, segundo Calvet (2007), visto que um dos objetivos específicos desta pesquisa é a análise da política linguística empregada na Lei nº 10.639/03 e a construção de um planejamento linguístico que abrace a temática. Por fim, faremos a revisão dos documentos regulamentadores da Educação Básica no Brasil: Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Parâmetros Curriculares Nacionais, Lei nº 10.630/03; Pareceres do Conselho Nacional de Educação, os quais direcionam os percursos que o ensino da Língua Portuguesa deve traçar para que o estudante da Educação Básica construa e analise valores históricos, sociais e culturais coesos ao contexto brasileiro. Além de serem documentos que norteiam a aplicação da educação no Brasil, consolidam uma política linguística a ser adotada no ensino de Língua Portuguesa.

2.1. Interpretação funcional de Língua e Linguagem

Quando se fala de Nação, refletimos sobre todos os elementos que constroem a identidade de povo e que são distintos em relação aos demais povos. Mas que elementos são estes? Sob o ponto de vista antropológico, podemos enumerar elementos que se referem ao relacionamento entre os indivíduos no âmbito social, como os ritmos musicais, os costumes mais amplos, a religião predominante, os valores, a língua, a arquitetura, a moda e até mesmo os sabores. Todos esses elementos temperam aquilo que chamamos de cultura de um povo e que o distingue e o assemelha a outros povos de outras Nações.

Sendo assim, percebemos o conceito de língua arraigado aos valores culturais de forma geral. Haja vista que dentro desses elementos culturais a língua seja o representante mais expressivo às necessidades de um povo e às imposições de poder dentro dele.

De acordo com isso, não aplicaremos a noção unilateral de *langue* e *parole* desenvolvida por Saussure devido ao viés adotado nesta pesquisa, o qual defende o conceito de língua e linguagem adotado conforme SAPIR (1954), em seu livro *Language*, que se dedica em especial ao conceito de “falar”, ou melhor, como o próprio autor define posteriormente o conceito de “linguagem”:

É um método puramente humano e não-institivo de comunicação de idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolo voluntariamente produzidos.

A fala não é uma atividade simples executada por um ou mais órgãos biologicamente a ela destinados. É uma trama extremamente complexa e ondeante de ajustamentos. (SAPIR, 1954:22)

Essa “trama extremamente complexa” citada por Sapir é direcionada pela funcionalidade da linguagem, o seu contexto social e as influências que esse contexto direciona ao sistema linguístico, seja ele no âmbito da linguagem ou da língua. Sendo assim, a linguagem e a língua, esta vista aqui como sistema uno aos indivíduos falantes, sofrem determinadas mudanças, também chamada por Sapir de deriva (1971:151).

Obviamente, a deriva demonstra maior ênfase no curso da linguagem e, depois e mais branda, no curso da língua modificando, por exemplo, os valores semânticos de um lexema até o ponto de eles perderem o sentido original.

Ainda que não houvesse a fragmentação das línguas em dialetos, ainda que cada língua persistisse em firme e inflexível unidade, estaria em constante afastamento de toda forma norma consignável, desenvolvendo incessantemente aspectos novos, transformando-se tanto em referência ao seu ponto de partida que teria de dar na realidade uma nova língua. (SAPIR, 1954:151)

Assim a linguagem é existente apenas dentro de uma aplicação e, por estar diretamente relacionada à fala, passa por variações individuais – estruturadas por aspectos específicos da cultura - até serem consolidadas em um “rumo” coerente, previsível. Ou seja, a deriva de uma língua apresenta-se primeiramente pela fala com as variações individuais que se acumulam em uma dada direção.

Além disso, há trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal da Bahia e na Universidade de São Paulo que delimitam e fomentam de forma ímpar a *langue* e a *parole*, dentre eles podemos citar pesquisas como as de BONVINI e PETER (1998), CASTRO (2002) e OLIVEIRA (2006).

Visto isso, a língua retrata em diferentes recortes, sejam em estudos diacrônicos ou sincrônicos, as modificações perpassadas pelos demais elementos culturais, por isso afirmamos que a ela é o representante mais expressivo de um povo. Por ela, em uma análise histórico-comparativa, por exemplo, distinguimos as facetas de uma lenda passada por

gerações e conseqüentemente as mudanças linguísticas desenvolvidas no léxico, nos valores, no discurso empregados.

Lyons, em *Lingua(gem) e Linguística*, aborda também um conceito de língua e linguagem bem interessantes de serem refletidos nesta pesquisa. O autor expõe que há uma estreita ligação entre língua e linguagem, e o mais significativo em sua análise é a marcação comportamental que o autor dá a esta: “*A linguagem, portanto, pode ser legitimamente sob um ponto de vista comportamental*”(LYONS, 1987: 7).

Sendo assim, para Lyons a língua é o sistema linguístico enquanto a fala resulta no comportamento linguístico. Essa terminologia possui características que se aproximam dos termos usados por Chomsky e por Saussure; entretanto Lyons amplia esses conceitos, em especial, quanto ao comportamento linguístico, desenvolvido, desse modo, com a realidade concreta de fala, a realização social do sistema linguístico: língua; percebemos, assim, paralelo conceitual dos termos saussurianos *langue* e *parole* e dos chomskianos *competência* e *desempenho linguísticos*.

A interpretação diferenciada de língua e linguagem desenvolvida por Lyons, em especial a expressão de que a linguagem é a realização social da língua levando em conta os valores culturais de povo, ratifica e amplia o conceito de linguagem de Sapir. Desse modo, a influência africana no português do Brasil “atualiza”, segundo Lyons, o nosso sistema linguístico.

Com essa afirmação, uma nova questão vem à tona: se o comportamento linguístico é a vertente de expressão concreta do social, podemos inferir que elementos culturais diversificados podem exercer suas influências sobre ele e, *a posteriori*, sobre o sistema linguístico? Se vislumbrarmos essa questão de modo afirmativo, o contato entre povos com aspectos culturais distintos, em especial as línguas, pode causar influências linguísticas significativas, as quais representam em primeiro momento marcações lexicais e, posteriormente, estruturas funcionais na língua, valores sociais: religião, elementos folclóricos, conceitos empíricos transmitidos de geração em geração, histórias orais: lendas, contos fantásticos. Assim sendo, o período de escravidão negra no Brasil foi a oportunidade de diversificação do português do Brasil e o português de Portugal, visto que a quantidade de negros e índios em terras brasileiras trouxe um contexto social distinto do contato entre portugueses durante a expansão e colonização de terras africanas.

2.2. Africanismos ou Influência Africana?

Uma das questões relacionadas a essa pesquisa foi a terminologia utilizada pelos linguistas a respeito da presença linguística africana na composição do português do Brasil. Alguns autores, como Renato Mendonça em 1933, utiliza a expressão “influência africana” no português do Brasil; outros autores, como Emílio Bonvini, Margarida Petter, Dante de Laytano, evidenciam o termo “africanismos” para relacionar elementos advindos da África para o Brasil pelo contexto histórico da escravidão. Perduram questões acerca de qual terminologia utilizar e o que cada uma dessas expressões pode levar a inferir sobre a influência dos negros na composição do português do Brasil.

Para responder a essas questões, a pesquisa parte, em primeiro momento, da definição “africanismo” utilizada pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (doravante DHLP), visto o valor lexical do termo explicitado.

1 qualidade peculiar, individualizadora, do que ou de quem é africano; africanidade

2 sentimento de afinidade ou de amor pela África ou pelos assuntos e ideais pró-africanos; africanidade

2.1 sentimento de afinidade ou amor pela África negra e seus problemas; africanidade

3 conjunto de estudos referentes à África e/ou aos africanos; africanologia

3.1 conjunto de estudos a respeito da África negra ou dos negros africanos; afrinigrologia

4 influência exercida pelos africanos, negros ou não, na cultura dos povos dos demais continentes

5 Rubrica: linguística.

palavra, construção ou expressão tomada de empréstimo de qualquer das línguas africanas

6 Rubrica: linguística.

qualquer fato de linguagem (fonético, mórfico, sintático, lexical) privativo do português de alguma das ex-colônias portuguesas na África, em contraste com o de Portugal ou do Brasil

6.1 Rubrica: linguística.

os fatos lexicais distintivos do português da África, não us. em Portugal ou no Brasil.

No DHLP, as acepções 1 a 3 remetem de forma ampla a definições ideológicas do sentimento de proximidade, afetividade e historicidade aos aspectos gerais de origem africana. Entretanto, a acepção 4 traz uma visão de hiperonímia a qual se aproxima da expressão “influência africana” utilizada por Renato Mendonça; e essa acepção é desvinculada das acepções com rubrica linguística: acepções 5 e 6.

A acepção 5, em especial, resgata a noção do empréstimo linguístico, na qual podemos fazer a seguinte reflexão: quais documentos poderiam comprovar o empréstimo linguístico de léxico africano no português do Brasil, visto o contexto plurilinguístico de africanos escravos desde o século XVI e a situação de ruptura cultural a que esses negros sofreram desde o território nativo? Haja vista, como já descrito no capítulo 1, as línguas africanas em território brasileiro não tinham o *status* de comunicação oficial entre povos, portanto a documentação era escassa.

Com isso, trabalhos posteriores ao de Renato Mendonça desenvolveram métodos comparativos entre o português do Brasil, dos países de língua portuguesa na África e de Portugal a fim de fazer o levantamento lexical de origem africana que compõe o português do Brasil e, ao mesmo tempo, diferencia este de Portugal. Dentre esses trabalhos, podemos ressaltar a tese de doutorado *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia, ou Brésil*, de Yeda Pessoa e *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese*, de John Schneider.

Nesses trabalhos é notória a presença do termo “africanismo” em relação à expressão “influência africana” e, segundo PETTER, a predominância do uso daquele em função deste é, talvez, pela abordagem de definição do conceito de brasileirismo, estruturada por Mattoso Camara Júnior, e em conformidade com as acepções 5 e 6 do DHLP:

Qualquer fato lingüístico peculiar ao português usado no Brasil, em contraste com o fato lingüístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo. O brasileirismo pode ser – a) regional, quando privativo de uma dada região do Brasil; b) geral, quando se estender por todo o território brasileiro. É este último que caracteriza o português do Brasil em face do português de Portugal, podendo ser um vulgarismo, ou estar aceito na norma lingüística espontânea. (CAMARA JÚNIOR, 1984: 66 e 67)

Partindo do critério da origem, conforme foi expresso por Mattoso Camara Júnior, é correto afirmar que o africanismo pode estar na gênese de um brasileirismo. Essa abordagem de africanismo como um brasileirismo que surge do contato do português com as línguas africanas significa dizer que, para que um africanismo seja considerado um

brasileirismo, deve-se levar em conta o fato de o termo ou expressão ter sido introduzido no Brasil pelos escravos trazidos para o nosso país, em especial durante o período da escravidão, pois foi o momento de ruptura desses negros com o seu país de origem africana e de contato com o português de Portugal e o do Brasil, o qual estava sendo formado com suas peculiaridades linguísticas, como a presença de línguas indígenas.

Sendo assim, a escolha da terminologia “africanismo” se dá pelo fato de expressar uma das peculiaridades do português do Brasil em contato com as línguas africanas no período da escravidão. Vale ressaltar que, antes do descobrimento do Brasil, o português de Portugal já havia incorporado algumas palavras de origem africana. Há, entretanto, pouca informação a respeito dos itens lexicais introduzidos no português europeu antes de iniciar-se o tráfico para o Brasil – para ampliar o conhecimento sobre os empréstimos linguísticos de origem africana, Bonvini aprofunda os estudos nessa temática - além de Portugal não possuir o contexto cultural de proximidade entre povos africanos e a população em geral como foi no Brasil; por isso, nesta pesquisa adotaremos o termo “africanismo” para denominar o léxico (terminológico ou comum) advindo da relação entre Brasil e África devido ao contexto histórico-cultural refletido na língua portuguesa do Brasil.

2.3. Conceituação de Política Linguística e Planejamento Linguístico.

A base dos conceitos de política e planejamento linguísticos será estruturada nesta pesquisa conforme a teoria elaborada por Calvet (2007) em *As políticas linguísticas*, no qual o autor resgata, em princípio, o contexto histórico de estudos de política linguística com o foco em nações plurilingues e, posteriormente, Calvet diferencia as terminologias entre política e planejamento linguístico.

*A intervenção humana na língua ou nas situações lingüísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de minoria. No entanto, a política lingüística (**determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade**) e o planejamento lingüístico(**sua implementação**) são conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas.(CALVET, 2007:11) Grifo nosso.*

Com isso, é notório que o poder exercido pelo o Estado é vislumbrado no elemento de cultura e representação da nação: a língua. Tanto que o próprio Calvet conceitua

a língua vinculada à sociedade: “*Não faltam definições que apresentam a língua como um ‘instrumento de comunicação’, sendo fácil observar o caráter restritivo de tais definições, que ignoram aquilo que é essencial na língua, isto é, seus vínculos com a sociedade.*” (CALVET, 2007:25)

O caráter da língua de um povo ser intrinsecamente relacionado ao âmbito de prática e ao mesmo tempo a língua ter o poder de manipulação e de dominação de um povo – tal afirmação pode ser comprovada pelo próprio contexto histórico de colonizações mundiais: o domínio do Império Romano ou, visto o poder da língua portuguesa, a expansão marítima de Portugal – fez surgir necessidades legais e contextos de implementação da língua dominante em relação às minoritárias. Os conceitos de línguas majoritária e minoritária, neste contexto, partem do pressuposto, no primeiro caso, de imposição linguística da nação colonizadora em função, no segundo caso, de situações de diversidade linguística dos falantes colonizados. Tal contexto pode ser retomado na implementação do Diretório dos índios² elaborado por Marquês de Pombal proibindo o uso de outra(s) língua(s) que não fossem o português devido à propagação da língua geral no contexto comunicativo brasileiro.

Outras formas de política linguística dentro do Brasil surgiram posteriormente com os acordos ortográficos e a participação do Brasil na Comunidade de Países de Língua Portuguesa e, até mesmo, a própria legislação educacional brasileira, como no caso de educação bilíngue em comunidades indígenas.

Para compreender melhor a relevância e análise de uma política linguística, Calvet direciona o primeiro modelo de política linguística, segundo Haugen (1964:51), que prevê os seguintes procedimentos para verificar a necessidade de uma política linguística:

- a. Identificar a situação-problema de viés linguístico: bilinguismo, plurilinguismo, pidgin, crioulização.
- b. Levantar as possíveis soluções para a padronização linguística de um país.
- c. Escolher a solução a ser adotada e aplicá-la.
- d. Avaliar o impacto da solução adotada.

Essas etapas estruturadas por Haugen *apud* Calvet (2007:21-22) não podem ser tomadas somente por visão de Estado ou de um órgão impositivo, afinal o estudo da língua ou das linguagens deve observar as referências sociais; portanto, para a elaboração de uma política linguística, é necessário que haja discussões entre grupos inter-relacionados:

² Tal temática já foi tratada no capítulo 1 – Introdução: 1.1 Contexto histórico da Língua Portuguesa no Brasil.

Linguística – principalmente, pois o foco é a língua; a Sociologia e a própria Ciências Políticas, além, é claro, da Educação, devido ao fato de que qualquer legislação aplicada à língua influencia diretamente às práticas educacionais de um país. Desse modo, o segundo modelo de política linguística adotada por Haugen *apud* Calvet (2007: 30-31) aborda as práticas educacionais como legitimadoras dessa política, as quais trataremos no capítulo 4.

A análise dos procedimentos descritos acima revela a delimitação clara de política e planejamento linguístico. Os itens a e b representam o plano abstrato, conceitual e, portanto, a política linguística propriamente dita; com reflexões específicas a esse campo: Qual é a situação-problema linguística? Por quê? Quais dispositivos legais serão adotados para adotar uma postura linguística una? Quais os percursos esses dispositivos percorrerão até o ato legitimado?

Já os itens c e d, há a visão concreta dessa conceituação: Qual solução será adotada? Quais são os resultados do procedimento adotado? O que fazer para melhorar os resultados? Desse modo, essa etapa pertence ao planejamento linguístico, ao traço de ação de um plano, à sua implementação na sociedade.

Segundo Calvet, essas etapas podem até mesmo serem conceituadas por grupos de interesse em algum aspecto linguístico, por exemplo, pesquisadores linguistas ao proporem um projeto de lei e um planejamento linguístico para esse projeto. Entretanto, somente o grupo uno não poderá impor, sancionar esse projeto por mais que tenha vínculo direto aos elementos sociais. Isso ocorre devido ao poder de ação de uma política, de uma lei a qual necessita de um órgão de atuação de autonomia política ou, pelo menos, vinculado ao poder do Estado: leis municipais, distritais, federais.

Com isso, as leis linguísticas são conceitos, políticas ditadas a objetos: língua e educação, e por isso, o planejamento linguístico, por ser um projeto de intervenção direta à noção de poder do Estado, necessita de suporte legal, de preferência interdisciplinar entre as ciências já identificadas neste tópico.

Para tanto, Calvet estrutura as concepções de leis linguísticas conforme a necessidade de atuação da política linguística, a fim de assegurar um determinado status a uma língua ou linguagem. Há portanto:

- a. *As leis que se ocupam da forma de língua, fixando, por exemplo, a grafia ou intervindo no vocabulário por meio de listas de palavras.*
- b. *As leis que se ocupam do uso que as pessoas fazem das línguas, indicando qual língua deve ser falada em*

dada situação ou em dado momento da vida pública, fixando, por exemplo, a língua nacional de um país ou as línguas de trabalho de uma organização.

- c. *As leis que se ocupam da defesa das línguas, seja para assegurar-lhes uma promoção maior (internacional, por exemplo), seja para protegê-las como se protege um bem ecológico. (CALVET, 2007: 75-76)*

Para a pesquisa em questão, o contato entre as línguas africanas e o português do Brasil não assegurou uma mudança linguística profunda, a ponto de termos bilinguismo evidente entre as línguas africanas e a língua portuguesa do Brasil pela população geral; entretanto, há elementos de origem africana contidos, em especial, no léxico do português do Brasil sob a forma de termos específicos de uma área – religião, folclore – e de léxico comum, a qual o falante de língua portuguesa do Brasil muitas vezes não possui o conhecimento da origem do lexema utilizado.

Tendo por base a tipologia de leis linguísticas estruturadas por Calvet, a mais adequada a essa situação de pesquisa seria o descrito no item a. Ao adotar essa postura, visualiza-se a necessidade de elaboração de um planejamento linguístico adequado à temática e de materiais didáticos, como um dicionário de africanismos no Português do Brasil a fim de utilizá-lo em sala de aula com o intuito de ampliar o conhecimento etimológico de africanismos pelos falantes da língua portuguesa no Brasil e, ao mesmo tempo, legitimar a prática exposta pela Lei nº 10.639/03 que assegura a temática de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as disciplinas da educação básica.

2.4. Acerca de Política Educacional e Educativa.

Durante a pesquisa, tornou-se necessário fazer uma breve reflexão acerca do que seria a Política Educacional e a Política Educativa. Há pouca bibliografia específica sobre o tema, mas há no campo das Ciências Educacionais alguns autores receptivos a refletir sobre essa terminologia tão próxima, mas que se diferenciam em um aspecto extremamente relevante: a vertente de atuação.

Para refletir sobre os conceitos de ‘educacional’ e ‘educativa’, vários autores, como Catani, Oliveira e Dourado (2001) partem, primeiramente, do conceito da Teoria do Capital Humano para abrigar o conceito de educacional. No Brasil, o conceito de educacional contempla, desde o início do século XX, a regulamentação da escola em parceria com o trabalho, ou seja, a escola demonstrava ou encenava as possíveis práticas de atuação do

mercado de trabalho na sociedade. Com isso, no Brasil, as políticas educacionais dessa época, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Diretrizes Curriculares Nacionais (2001), estruturavam a política de inclusão de todos os alunos para a prática educacional, ou seja, era a vertente do Estado voltada para o povo; as ações de poder para os atores do cenário da educação. Aspecto bem comum em países de política capitalista, como afirmam Veiga e Resende (1998), a qual o papel da escola, mesmo sendo pública, é vista como um setor de serviços e não como um meio de reflexão e formulação de possíveis pensadores da sociedade.

Em mesma obra, Veiga e Resende (1998: 10-16) afirmam que o projeto político-pedagógico de uma escola tem várias estâncias: a) a primeira delas é a desenvolvida dentro dos parâmetros estruturados nas políticas educacionais do Estado; b) a segunda é a estruturada conforme os atores diretamente envolvidos na prática escolar: professores, equipe de direção e coordenação, assistentes de coordenação; c) terceira, por fim, é a comunidade escolar como um todo, que inclui a família e a comunidade circundante à escola, envolvidas com as ações educativas da escola, como eventos de promoção de saúde, campanhas de promoção de atividades físicas, campanhas de agasalho e de arrecadação de livros, etc.

Desse modo, principalmente com a leitura de Veiga e Resende, conseguimos visualizar a diferença básica entre os conceitos de educacional e educativo: seu raio de atuação com a comunidade que se relaciona com a escola e seus atores diretos e suas políticas educacionais.

Para essa pesquisa adotamos, o conceito de Educacional como sendo ações impositivas advindas de órgãos regulamentares da Educação no Estado. Já o Educativo, são ações de implementação de práticas educacional de forma coletiva, inseridas no contexto político-pedagógico do cotidiano escolar, que venham a fazer a diferença nas práticas escolares não só dos atores diretamente ligados à escola, mas também a todos os envolvidos no contexto escolar: família e comunidade.

2.5. Documentos regulamentadores da Educação Básica.

Quando se trata de política linguística, antes de analisar especificamente a lei que norteia a pesquisa, é preciso alicerçar com todos os documentos regulamentadores da Educação Básica o ensino de Língua Portuguesa. Entre eles, há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 9.394/96 – também conhecida por LDB – a qual regulamenta desde a

Educação Infantil até a Educação Superior, incluindo a Educação Especial; os Parâmetros Curriculares Nacionais, que direcionam eixos temáticos para o ensino de cada componente curricular da Educação Básica e, por fim, a Lei 10.639/03³ que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

Em continuidade, apresentamos a discussão sobre a Lei nº 10.639/03 e demais regulamentações a respeito da política linguística de africanismos no português do Brasil, a fim de ampliar os conceitos apresentados por Calvet sobre política e planejamento linguísticos. Para isso, começemos com a interpretação da Lei nº 10.639/03, a qual norteia a pesquisa em questão:

*Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.*⁴

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de

³ Posteriormente a Lei nº 10.639/03, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.645/08 que amplia a temática abordada por aquela. Nesta insere-se a cultura indígena também, pois a importância de negros e índios na formação das identidades do Brasil são equiparadas sob o ponto de vista legal.

⁴ Esta lei pode ser acessada por www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../L10.639.htm

todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

A análise dessa lei trouxe à tona uma temática pouco desenvolvida no componente curricular de Língua Portuguesa das escolas de educação básica do Distrito Federal, sem contar com o conhecimento adquirido pelos alunos da educação superior do curso de Letras,⁵ os quais muitas vezes trabalham de forma muito branda a relação linguística entre África e Brasil pelo viés da Sociolinguística, sem uma ementa ou curso específico para essa temática. Por isso, o *corpus* dessa pesquisa focalizou a implementação da Lei nº 10.639/03 em escolas particulares da educação básica do Distrito Federal. Desse modo, far-se-á necessária uma pesquisa posterior para analisar a implementação da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo dos cursos de Letras em instituições de ensino superior do Brasil.

A Lei nº 10.639/03 altera uma lei anterior: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – 9.394/96 (doravante LDB), com isso insere a temática de História e Cultura Afro-Brasileira como componente curricular oficial da Educação Básica⁶, vislumbrando o ensino

⁵ O *corpus* dessa pesquisa focalizou a implementação da Lei nº 10.639/03 em escolas particulares da educação básica do Distrito Federal. Desse modo, far-se-á necessária uma pesquisa posterior para analisar a implementação da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo dos cursos de Letras em instituições de ensino superior do Brasil.

⁶ Conforme a LDB, a Educação Básica inclui o Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

de história da África e dos africanos, cultura negra brasileira e o papel do negro na formação da identidade nacional (artigo 26A da Lei nº 10.639/03).

A lei também dispõe que a temática deve ser tratada em *todos* (grifo nosso) os componentes curriculares de ensino, em especial, Educação Artística, História e Literatura. Assim, percebe-se a visão de ensino de Língua Portuguesa voltada para o conceito estruturado conforme Sapir: a língua e suas linguagens são reflexos de todos os elementos culturais referentes a uma nação. Entretanto a lei não dispõe sobre quais temas, conteúdos devem ser abordados em cada componente curricular, muito menos de que forma (com análise de textos, com projetos interdisciplinares, estudo de léxico, etc.) a temática deve ser vislumbrada em cada componente curricular.

Dessa forma, cabe ao professor buscar orientações, referentes a cada componente curricular, sobre a temática nos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCNS) a fim de estruturar conteúdos específicos que norteiam a temática conforme legitimado na Lei nº 10.639/03.

Os PCNS, analisados nesta pesquisa, foram publicados 1997, antes da Lei nº 10.639/03, o que revela uma problemática pautada na finalidade desse documento: orientar as práticas docentes acerca dos conteúdos, objetivos e habilidades a serem desenvolvidas na Educação Básica. Entretanto, desde o ano de 2009, há estudos e reflexões sistemáticas a respeito da adequação dos PCNS às novas tendências educacionais, dentre elas a aplicação da Lei nº 10.639/03 e 11.645/08 com o objetivo de atender às exigências estabelecidas pela Presidência da República, Ministério da Educação e Conselho de Defesa de Direitos dos Negros, além das necessidades dos docentes da Educação Básica.

Neste percurso entre a publicação da 10.639/03 e as reflexões sobre o papel dos PCNS na implementação dessa lei, surgiram demais documentos norteadores aos pesquisadores da Educação: o Plano Nacional de Promoção a Igualdade Racial, doravante PLANAPIR, e orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE), em especial, as delimitadas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004) e a Resolução nº 01/2004, do Ministério da Educação (MEC).

Nos PCNS, publicados em 1997, não há um referencial explícito de como desenvolver as competências e habilidades necessárias ao conhecimento de História e Cultura Afro-Brasileira no componente curricular de Língua Portuguesa da Educação Básica. Percebe-se uma transposição de temas abrangentes desde o ensino infantil até o ensino

médio. O eixo temático acerca da implementação da 10.639/03 pode ser relacionado aos seguintes objetivos estabelecidos pelos PCNS:

- *compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;*
- *conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;*
- *conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;*
- *utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação; (Parâmetros Curriculares Nacionais – 1º e 2º ciclos, 1997)*

A citação anterior retrata alguns dos objetivos gerais para o ensino fundamental nos 1º e 2º ciclos da educação básica, e também são estruturados para o ensino fundamental 3º e 4º ciclos e para o ensino médio, quanto ao ensino de língua portuguesa, os quais podem direcionar uma linha de conteúdos e temáticas amplas de ensino, o qual perpassa a formação do ser humano ético, consciente do seu papel de sujeito-modificador da sociedade.

Entretanto há alguns termos que geram um vazio conceitual ou dúvidas para o docente da educação básica. Há que questionar o que seria de fato a identidade nacional em um país pluricultural, como o próprio documento enfatiza? E mais: como utilizar as diferentes linguagens a fim de implementar a lei nº 10.639/03 nas práticas educativas de ensino de língua portuguesa e como perceber a importância das linguagens em diferentes áreas do conhecimento e que podem inter-relacionar com os conteúdos de língua portuguesa e com a lei nº 10.639/03? De que forma “*conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero e etnia*” (Parâmetros Curriculares Nacionais 3º e 4º ciclos, 1998)?

Os PCNS do Ensino Médio corroboram e, teoricamente, trazem o desfecho do que se espera de um estudante da educação básica quanto à língua portuguesa: “*Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social.*” Ao analisar esse desfecho dos PCNS de Língua Portuguesa, ainda paira de forma imperiosa como direcionar a influência africana no português do Brasil, em especial acerca do léxico, pois, em todos os ciclos de ensino apresentados nos PCNS, a temática de diversidade ou pluralidade cultural é vista como tema transversal de ensino e não como uma possibilidade de inserção de conteúdos sistemáticos na prática da língua portuguesa.

O termo diversidade cultural foi abordado nesse contexto somente para enfatizar a terminologia utilizada pelos PCNS; entretanto, para a pesquisa em questão, esse termo apresenta-se de forma muito abrangente, por vezes até sem fundamento teórico legitimado na linguística. Por isso, a terminologia utilizada desde então nesta pesquisa será o de pluriculturalismo ou pluralidade cultural visto a visão de inter-relação entre as culturas negras, indígenas e brancas na composição da(s) identidade(s) do Brasil.

Com isso, foi necessário ter um documento mais específico e delimitado quanto à aplicação da lei nº 10.639/03. É nesse momento em que o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 03 de 10 de março de 2004), no qual são estabelecidas as orientações de conteúdos a serem incluídos e trabalhados e também as necessárias modificações nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive na Educação Superior.

Com a aprovação dessas diretrizes, em 2009, o Ministério da Educação consolida o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o qual tem por finalidade a institucionalização da implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais, maximizando a atuação dos diferentes atores por meio da compreensão e do cumprimento das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, da Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004. É importante ressaltar que o Plano não acrescenta nenhuma regulamentação à legislação já existente, só busca clarear e demonstrar aplicabilidade dos documentos supracitados às práticas de sala de aula.

O texto do Plano foi construído como um documento pedagógico que possa orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições educacionais na implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. A introdução traça um breve histórico do caminho percorrido

até o momento pela temática étnico-racial na educação e as ações executadas para atendimento da pauta; a primeira parte é constituída pelas atribuições específicas a cada um dos atores para a operacionalização colaborativa na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08; a segunda parte é composta por orientações gerais referentes aos níveis e modalidades de ensino. A terceira parte foi construída com recomendações para as áreas de remanescentes de quilombos, entende-se que os negros brasileiros que aí residem são público específico e demandam ações diferenciadas para implementação da Lei e a conquista plena do direito de aprender.

Cabe à nossa pesquisa analisar a primeira e segunda parte desse Plano no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa, pois norteiam diretamente a Educação Básica e a Superior⁷. A primeira parte direciona o viés inicial da política, da implementação da lei, normatizando a temática para o ensino em diversas áreas do conhecimento e exigindo dos atores da educação atitudes que abracem a temática estipulada pela Lei nº 10.639/03, entre elas:

- a. Reformular ou formular o Projeto Político Pedagógico das escolas, seja pública, seja particular, a fim de adequar o currículo escolar ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os componentes curriculares como disposto na Lei nº 10.639/03.
- b. Assegurar no planejamento de aula dos professores a existência da temática em questão. Desse modo, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira não será tratado como tema transversal, não obrigatório e demonstrado nos PCNS, e sim como tema sistemático na composição dos planos de aula de cada componente curricular.
- c. Proporcionar condições para a capacitação e formação continuada dos professores e profissionais da educação e encaminhar a órgãos hierárquicos superiores solicitações de cursos para a efetiva formação dos professores.
- d. Solicitar adequação de materiais didáticos e paradidáticos a fim de manter apoio teórico aos professores e aos alunos da instituição de ensino.

É notório que essas ações estruturadas pelo Plano em questão não frisa nenhum componente curricular em especial, apenas dá a autonomia e, ao mesmo tempo, possui um

⁷ Nesta pesquisa não vamos focalizar, com ênfase, a aplicação da Lei nº10.639/03 na Educação Superior, exceto quando há relação intrínseca à Educação Básica.

valor regimental de que o tema estruturado pela lei nº 10.639/03 não pode ser visto de forma tão ampla e sem comprometimento curricular, por isso demonstra a liberdade de adaptação do currículo e do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

Outro aspecto interessante nessa etapa é a formação continuada e capacitação dos professores sobre a temática. Durante a metodologia dessa pesquisa – ver próximo capítulo – uma das situações mais evidentes no processo de observação da implementação da temática foi a falta de conhecimento ou conhecimento truncado de vários professores e profissionais da educação com relação à influência africana na formação do povo e da cultura brasileiros.⁸

Além da capacitação e formação continuada de professores da educação básica, é preciso ter um olhar especial para os materiais didáticos e paradidáticos adotados pela instituição de ensino; eles devem atender a temática conforme a proposta da lei e de cada componente curricular. Desse modo, os professores têm suporte teórico adequado e os alunos conseguem vislumbrar a temática de forma sistêmica em cada eixo de ensino e, ao mesmo tempo, adquirem a capacidade de relacionar elementos históricos, culturais e linguísticos.

Até o momento direcionamos o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana sob o viés da educação básica, mas não podemos deixar de discutir que o Plano também orienta ações na educação superior, haja vista a formação de futuros docentes que necessitam de competências e habilidades e possíveis pesquisas para desempenhar de forma segura a docência.

Com isso, o documento em questão retoma a Resolução CNE/CP nº 01/2004 que estrutura os seguintes parâmetros para educação superior a fim de atender a demanda da educação básica sob a legislação da Lei nº 10.639/03:

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais nos cursos de graduação.
- b) Desenvolver atividades acadêmicas diversificadas a fim de promover as relações étnico-raciais aos estudantes.

⁸ Este é um relato da autora dessa pesquisa, pois como professora da Educação Básica de uma instituição particular de ensino no Distrito Federal, visualizou vários relatos informais de colegas de profissão que perguntavam se a Lei nº10.639/03 queria implementar a discussão de temáticas como sistemas de cotas, preconceito racial ou qualquer outro tema polêmico. Entretanto, não se identificavam como sujeitos de um país multicultural e de identidades múltiplas e, por isso, não sabiam como trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos componentes curriculares específicos a cada um deles. Em especial, os professores de língua portuguesa, com materiais didáticos e formação acadêmica eurocêntrica, não vislumbravam a importância de se falar da expansão da língua portuguesa por diversos continentes, inclusive o africano, a contribuição lexical africana no português do Brasil e muito menos escritores literários africanos em suas aulas.

- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores sobre a temática a fim de garantir a implementação devida da 10.639/03 na educação básica por esses futuros docentes.
- d) Promover, em especial nos cursos de licenciatura, pesquisas acerca de materiais didáticos de atuem em consonância com a temática estabelecida pela 10.639/03.

Desse modo, percebe-se que a implementação da lei nº 10.639/03 depende, em especial, da capacitação ou formação continuada de professores e profissionais da educação; por isso, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana direciona responsabilidades às Secretarias de Educação, tanto para as instituições públicas quanto particulares, a fim de orientar, de construir uma educação eficiente quanto às relações étnico-raciais. Além disso, o Plano afirma que é necessário haver discussões, pesquisas entre os atores da educação a fim de analisar materiais didáticos, promover eventos interdisciplinares que atenda a temática, ou seja, o Plano exige a participação de todos os atores da educação por meio de um projeto de intervenção para aplicação da Lei nº 10.639/03.

Assim, a proposta desenvolvida nesta pesquisa busca orientar e atender as iniciativas presentes no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pelo recorte de ensino de Língua Portuguesa e, por isso, analisou essas políticas públicas de ensino, as quais norteiam a política linguística de ensino de africanismos no português do Brasil, visto que a lei nº 10.639/03 está direcionada a todos os componentes curriculares como citado anteriormente.

Apesar de o Plano ter direcionado melhor os interlocutores para as ações mais efetivas sobre as políticas públicas a serem adaptadas à implementação da lei nº 10.639/03, ainda é notória a falta de estruturação sistemática de conteúdos específicos para cada componente curricular, e isso dificulta até mesmo as possibilidades de pesquisas autônomas de cada professor em sua área de atuação específica.

Com essa situação-problema, vislumbramos que os professores, em especial de Língua Portuguesa, podem simplesmente lançar temáticas que inferem a superficialidade da temática em sala de aula; para isso, podem utilizar temas a respeito dos direitos dos brasileiros, com isso, as aulas de Língua Portuguesa direcionam debates acerca de

preconceito racial, identidade e, principalmente, o tema mais discutido na atualidade: sistema de cotas para negros em universidades públicas.

Para comprovar essas suposições, esta pesquisa, por meio dos relatórios das instituições de educação básica do Distrito Federal acerca das ações didáticas de implementação da Lei nº 10.639/03 encaminhados, conforme solicitação, ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – doravante CDDN/SEJUS-DF, estruturou um questionário etnográfico com foco de análise linguística, a fim de mapear as ações específicas de instituições de ensino particular do Distrito Federal com relação às práticas didáticas desenvolvidas no ensino de Língua Portuguesa, em especial.

A explicação aprofundada desse questionário e os resultados com a análise serão melhor estruturados no próximo capítulo.

3. METODOLOGIA

Este capítulo visa a analisar a implementação da Lei nº 10.639/03 no ensino de Língua Portuguesa em escolas particulares de Educação Básica do Distrito Federal. Para isso, será apresentado o método etnográfico, com aplicação de questionário etnográfico com proposta linguística, o qual foi utilizado para conduzir a análise dos relatórios encaminhados ao Conselho de Defesa dos Direitos do Negro – CDDN/SEJUS-DF pelas instituições de ensino do Distrito Federal. Posteriormente, há a interpretação dos resultados obtidos pela aplicação do questionário.

A escolha de analisar somente os relatórios advindos de instituições particulares de Ensino do Distrito Federal parte dos seguintes pressupostos: a) as escolas particulares têm regularmente a obrigação de recredenciamento no MEC e na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e, para isso, a escola apresenta a Proposta Política Pedagógica que atenda às orientações dos órgãos em questão e do Conselho Nacional de Educação; b) em tese, as escolas particulares possuem maior disponibilidade de verbas para implementação de projetos interdisciplinares ou semanas culturais que podem atender ao solicitado pela Lei nº10.639/03; c) por fim, as instituições particulares respondem por si só, sem a influência de uma Diretoria Regional de Ensino, como ocorre com as instituições públicas de ensino do Distrito Federal, portanto, a chance de ações “maquiadas” por região administrativa torna-se menor.

3.1. Etnografia.

Esta pesquisa possui como eixo metodológico a etnografia devido ao fato de tratar da língua como elemento cultural de uma nação e, desse modo, estar inserida no contexto social; utiliza, portanto, como método a descrição cultural da língua portuguesa do Brasil com base no contexto histórico de formação da nação brasileira com contribuição de povos africanos devido à escravidão no Brasil; análise de questionário etnográfico, com base quantitativa, para obter informações acerca da implementação da lei nº 10.639/03 em escolas particulares da Educação Básica do Distrito Federal, em especial, no ensino de Língua Portuguesa.

Segundo Hammersley & Atkinson (1994), a vantagem do método etnográfico é o fato de poder utilizar o levantamento de hipóteses com comprovação em documentos ou em resultados de questionários específicos e, ao mesmo tempo, analisar relatos de interlocutores de um contexto por meio de visão de natureza holística das ciências sociais.

A escolha de aplicação de um questionário para análise dos relatórios encaminhados ao CDDN/SEJUS-DF foi feita para trazer a padronização da descrição dos relatórios conforme parâmetros estruturados pelos documentos regulamentadores citados no capítulo anterior e, com isso, poder quantificar as ações efetivas de implementação da lei nº10.639/03.

A cada instituição de ensino da educação básica do Distrito Federal foi encaminhado um ofício, originado pelo CDDN/SEJUS-DF que exigia os relatórios de ações efetivas quanto à implementação da Lei nº 10.639/03 desde a sua obrigatoriedade. O ofício em si solicitava ações didáticas da prática escolar, mas há relatórios que incluíram informações significativas para que tais ações sejam de fato bem trabalhadas em sala de aula, entre elas, a apreciação do material didático de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em vários componentes curriculares e a formação ou capacitação de professores.

Outro aspecto interessante é com relação ao CDDN/SEJUS-DF, o qual pertence à Secretaria de Justiça do Distrito Federal, mas emitiu ofícios com exigência de relatórios vinculados às práticas de ensino. Com isso, reflete-se sobre a quem as equipes de direção, coordenação e professores devem recorrer para sanar dúvidas, buscar regimentos acerca da implementação da Lei nº 10.639/03 e sobre qual o papel do CDDN/SEJUS-DF perante as peculiaridades, com viés educativo, de cada escola, seja ela pública ou seja particular?

Em relatos informais, o presidente do CDDN/SEJUS-DF especifica que o órgão norteia discussões sobre todas as ações afirmativas de igualdade racial, dentre elas está inserida a implementação da lei em estudo, por isso, os ofícios encaminhados às escolas de educação básica foram redigidos por esse órgão. Além disso, em mesmo relato, o objetivo dos relatórios é descrever as ações possíveis de cada instituição de ensino para adequação do currículo e projeto político pedagógico a fim de ir ao encontro das orientações estipuladas pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e não estruturar sanções, como multas ou não credenciamento das instituições particulares, por exemplo. Assim, não há necessidade de os relatórios conterem ações de implementação da Lei nº 10.639/03 de forma “imaginária”, pois o CDDN/SEJUS-DF tem função fiscalizadora e pesquisadora, mas não é um órgão impositivo, sancionador.

3.1.1. Estrutura do questionário etnográfico com viés linguístico.

Para a nossa pesquisa, estruturamos o questionário com sete perguntas de caráter objetivo, mas com possibilidade de haver pequenos trechos discursivos quando necessário de explicação ou exposição de algo não solicitado, porém importante para o contexto da instituição em especial.

Como dito anteriormente, no final do capítulo 2, a escolha por instituições de ensino particular do Distrito Federal se deu por três fatores importantes: a) a autonomia de relatórios por cada escola, sem precisar ser avaliado por uma Diretoria Regional de Ensino antes de ser encaminhado ao CDDN/SEJUS-DF; b) os recursos destinados às práticas didáticas de cada escola são autônomos, perpassam somente o setor administrativo-financeiro da escola individualmente, e por fim c) por exigência legal, todas as escolas particulares precisam de credenciamento ou recredenciamento regular e para isso encaminham o projeto político pedagógico ao MEC, contendo todas as propostas didáticas de cada disciplina em conformidade com todos os documentos regulamentadores da educação básica.

Os relatórios foram cedidos pelo CDDN/SEJUS-DF e, na época, somente escolas particulares tinham encaminhado ao órgão as ações de implementação da lei nº 10.639/03; portanto, a pesquisa em questão não analisou todas as escolas particulares do Distrito Federal devido a dois fatores específicos: a) há escolas não credenciadas ou em fase inicial de credenciamento no MEC e que o CDDN/SEJUS-DF não obteve o seu conhecimento, portanto não pode encaminhar o ofício de solicitação das ações didáticas de implementação da Lei nº 10.639/03; b) na época da coleta de dados dos relatórios, ainda havia escolas que tinham direcionado ao CDDN/SEJUS-DF o relatório em questão.

Com especificidades, a pesquisa norteou a análise de setenta relatórios advindos de instituições de ensino particular de catorze Regiões Administrativas, doravante RAS, do DF. Obviamente há RAS que monopolizaram, em termos quantitativos, o percentual de escolas, mas isso também se dá devido ao fato de termos em determinadas RAS o poder aquisitivo maior e, portanto, maior procura por vários tipos de mercado, dentre eles a Educação.

Com relação à estruturação do questionário etnográfico com viés linguístico, as escolas analisadas foram numeradas a fim de manter o sigilo da escola e foram estabelecidas sete perguntas objetivas que iniciavam quanto ao segmento de ensino a qual cada escola

pertence; o conhecimento acerca da lei e em quais componentes curriculares a 10.639/03 é trabalhada como currículo sistemático em cada disciplina – nesta questão pode haver mais de uma resposta para os componentes curriculares; posteriormente, na questão 3, buscaram-se, de forma holística nos relatórios, indícios de projetos interdisciplinares acerca da implementação da lei nº 10.639/03, visto que no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana há orientações para que a temática seja trabalhada em vários componentes curriculares e que o aluno possa ver a inter-relação entre um dado histórico e seus desdobramentos na constituição das identidades do Brasil.

A questão 4 do questionário ficou a mercê da resposta da questão 3: se a instituição tiver indícios de projeto interdisciplinar, em quais áreas do conhecimento o projeto se desenvolve? Essa questão foi documentada conforme o percentual provável de participação de componentes curriculares em projetos que direcionam a aplicação da Lei nº 10.639/03, pois não há limite de interdisciplinaridade para um projeto de cunho tão abrangente como esse.

A questão 5 fica à margem do padrão estabelecido no ofício advindo do CDDN/SEJUS-DF, que direcionava as práticas didáticas de implementação da Lei nº 10.639/03, pois o questionamento diz respeito ao professor em relação à temática estabelecida pela lei. Essa questão surgiu durante a pesquisa devido a alguns relatos de instituições sobre a formação e capacitação de professores com relação à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por isso fez-se necessário estabelecer no questionário um campo para esse aspecto, por mais que não fosse o objetivo do ofício do CDDN/SEJUS-DF.

As questões 6 e 7 são direcionadas ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura em relação à implementação da Lei nº 10.639/03. Na questão 6, a preocupação era qual ou quais elementos da História e Cultura Afro-Brasileira serão trabalhados nas aulas de Língua Portuguesa de forma sistemática; já na questão 7, é quanto à adequação do material didático de Língua Portuguesa/Literatura em relação ao solicitado pela Lei nº 10.639/03 e pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para que haja discussões, reflexões acerca dos materiais didáticos em consonância ao orientado pelas regulamentações para a educação básica.

Por fim, estruturou-se o questionário da seguinte forma:

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ Identificação numérica da instituição de ensino:

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): _____

Não. Por quê? _____

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?

- Língua Portuguesa/Literatura.

- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): _____

5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:

- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
- buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
- demonstram capacitação ao tratar o tema.
- não há relatos sobre essa questão.

6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?

- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
- Escritores africanos de Língua Portuguesa.
- O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
- Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
- Não é abordado.
- Outro (especifique): _____

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,

- apresenta total compatibilidade com a temática.
- apresenta compatibilidade parcial com a temática.
- não contempla a temática.
- não há relatos referentes a esse tópico.

3.2. Resultados e análise interpretativa dos dados.

Neste tópico da pesquisa, desenvolveremos os resultados e a análise interpretativa dos dados recolhidos nos relatórios de ações pedagógicas encaminhados ao CDDN/SEJUS-

DF. Fizemos a distribuição dos resultados por gráficos em barras para a melhor visualização dos dados e das possibilidades de interpretação deles.

O primeiro aspecto é quanto à distribuição regional das escolas, e, pela visualização do gráfico a seguir, percebemos que as RAS de Taguatinga e Brasília alcançam um percentual maior de escolas analisadas. Este fato se dá por alguns critérios básicos, dentre eles, o poder aquisitivo da população da região e, conseqüentemente, a dicotomia de oferta e produto relacionado a esse público em especial. Além disso, pode-se sinalizar a quantidade de escolas públicas em contrapartida das escolas particulares em cada RA estabelecida no gráfico.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia é considerada a maior DRE de escolas públicas do Distrito Federal. Desse modo, se a quantidade de escolas públicas para atender a população da cidade é suficiente e o público-alvo não dispõe de recursos financeiros a ponto de utilizar o produto “educação particular”, tem-se a resposta primordial para a hegemonia de instituições de ensino particular somente em setores expostos no gráfico: Taguatinga e Brasília. No caso de Brasília, contabilizaram-se escolas nos seguintes raios geográficos: Asa Norte, Asa Sul, Lago Norte e Lago Sul, mesmo pertencendo à RA de Brasília: Asa Norte e Asa Sul; RA do Lago Sul e RA do Lago Norte. Desse modo, confrontamos não o quesito geográfico em si, mas a demanda de escolas particulares por público-alvo em correlação a este setor de serviços. Essa expressão foi utilizada devido ao fato de as instituições de ensino particular pertencerem ao comércio, à relação de contratante e contratado a fim de uma prestação de serviços, no caso a educação básica. Críticas acerca dessa expressão podem ser feitas em um artigo com base na reflexão da educação como produto de mercado.

Outro aspecto importante de inferir é que as escolas particulares contidas em RAS de público com poder aquisitivo menor direcionam, em especial, o segmento de ensino infantil e fundamental -1ª fase; etapa esta de valores de mensalidade escolar menor e compatível com os custos de uma família. O ensino infantil é predominante neste quesito, pois, segundo a Secretaria de Estado de Educação, há poucas escolas públicas em todas as regiões administrativas de Brasília para atender a todas as crianças em fase de educação infantil.

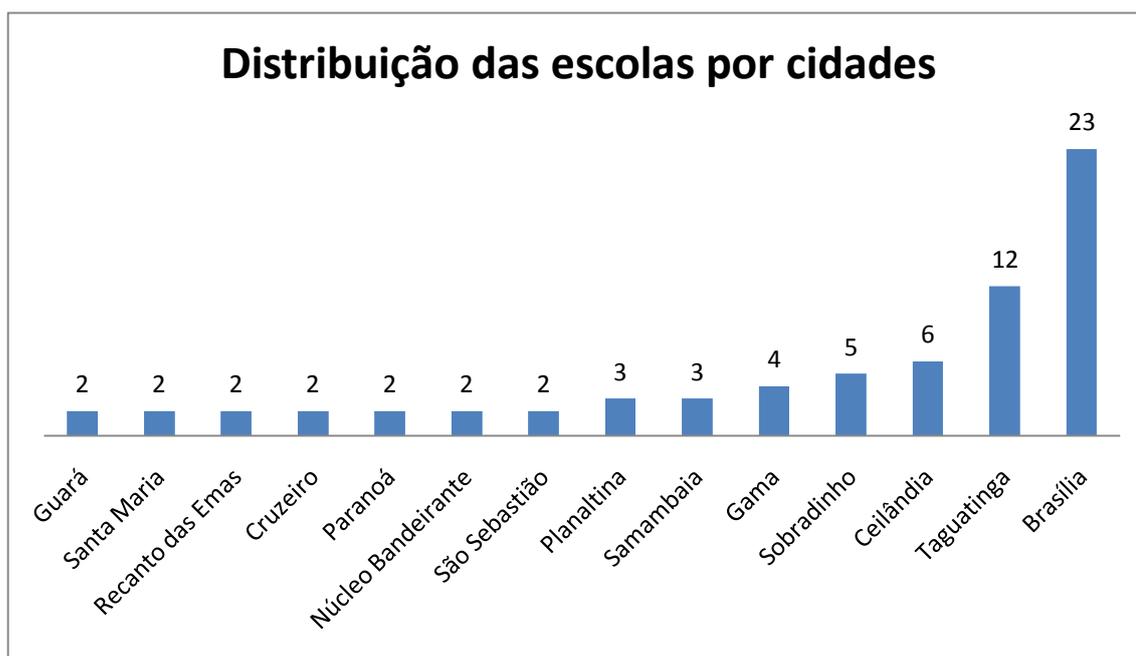


Figura 2 - Distribuição das escolas analisadas conforme a localização no Distrito Federal.

Assim sendo, a figura 3 confirma que a educação infantil só perde, nas RAS de poder aquisitivo menor, devido à falta de assistência à educação pública nesta etapa de ensino. Além disso, na iniciativa particular, esse setor só perde para escolas que utilizam todos os segmentos de educação básica.

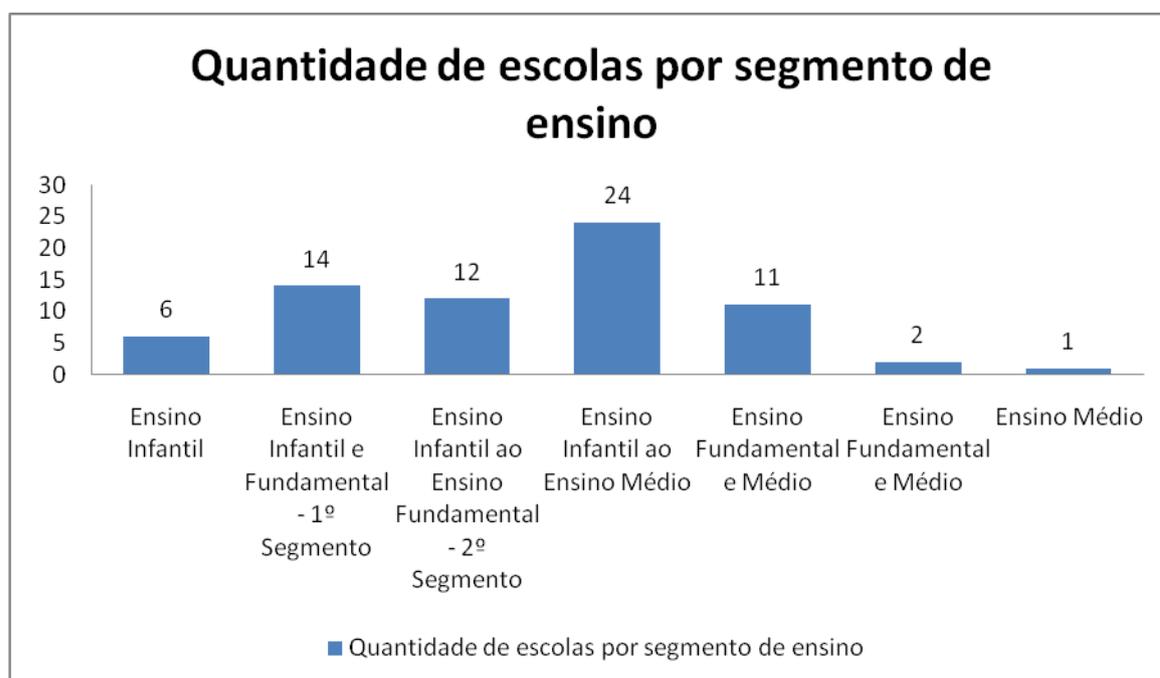


Figura 3 - Gráfico de escolas pesquisadas por segmento de ensino.

O gráfico a seguir refere-se ao conteúdo curricular das disciplinas em questão que desenvolvem de maneira sistemática estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. Nele há um resultado preocupante quanto ao ensino de Língua Portuguesa em correlação ao solicitado na Lei nº 10.639/03 e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: o fato de que pouco mais que a metade das 70 escolas pesquisadas trabalha de forma sistemática o tema em questão. Daí surge ainda outra reflexão: de que forma essas escolas intitulam no currículo de língua portuguesa a temática de história e cultura afro-brasileira e africana?

No gráfico, também podemos perceber que 45 escolas trabalham a Lei nº 10.639/03 em demais componentes curriculares e que esse número representa um percentual bastante significativo dentro desse contexto de pesquisa. Então buscamos quais são esses outros componentes curriculares que atuam com a temática de história e cultura afro-brasileira e africana, os quais estão relacionados na figura 5.

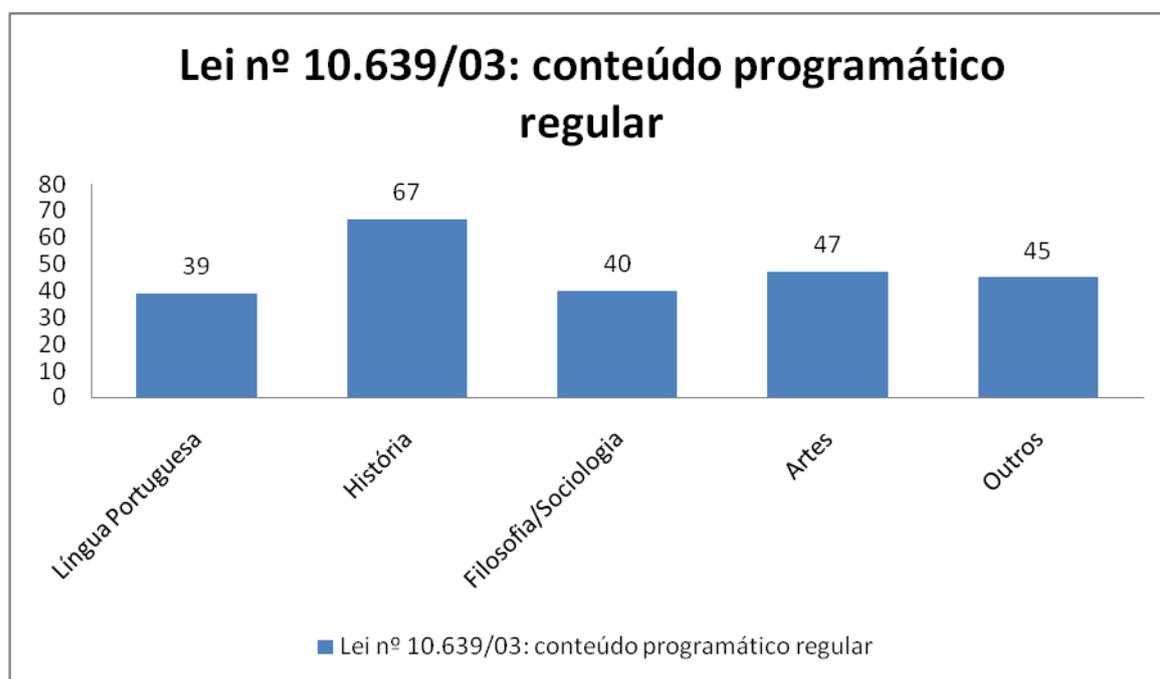


Figura 4 - Gráfico de componentes curriculares que trabalham com a temática de História e Cultura Afro-Brasileira como conteúdo programático regular.⁹

⁹ Uma escola pode trabalhar a temática em mais de um componente curricular.

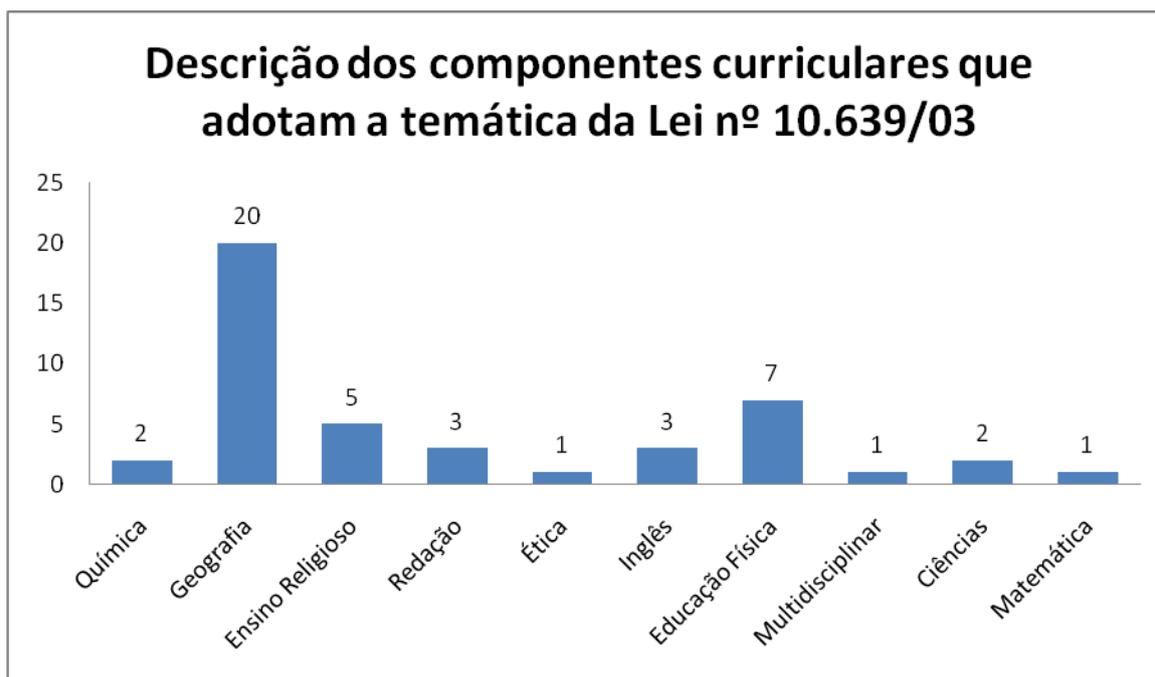


Figura 5 - Outros componentes curriculares vislumbram a Lei nº 10.639/03.

O gráfico estruturado na figura 5 revela que os componentes curriculares de geografia e educação física têm desenvolvido sistematicamente a temática de história e cultura afro-brasileira e africana. Esse contexto foi surpreendente dentro da análise, pois não havia literatura específica, até o momento, que retratasse a temática sob os campos supracitados, principalmente no campo da geografia que representa 20 escolas atuantes.

Com relação ao estudo da temática pelo componente curricular intitulado de Ensino Religioso, só há descrições em escolas com a proposta política pedagógica em consonância aos mantenedores da instituição, aos quais direcionam alguma religião significativa no Brasil, em especial o Catolicismo.

As disciplinas Ética e Multidisciplinar retratam duas escolas de ensino infantil, as quais alegaram não direcionar uma disciplina específica, visto que o corpo discente da instituição são crianças de 2 a 6 anos, portanto a temática é trabalhada de modo transversal explícito na política pedagógica dessas escolas.

Houve, durante a tabulação dos dados, 3 escolas que afirmaram não trabalhar a temática como conteúdo regular em Língua Portuguesa, entretanto durante a análise dos planos de curso dessas escolas, há afirmações de que a vertente Redação – a qual é integrante de Língua Portuguesa – norteava debates e produções textuais acerca de ações afirmativas de

igualdade social, principalmente sobre a estruturação do sistema de cotas utilizado pelo processo seletivo de ingresso à Universidade de Brasília.

Em parte dos relatórios, houve também a descrição de projetos interdisciplinares que abordavam a história e cultura afro-brasileira. Muitas vezes esses projetos culminam com a comemoração do dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra; evento este que deve ser considerado na composição do calendário escolar conforme a Lei nº 10.639/03. Desse modo, a análise dos relatórios revelou que grande parte das escolas pesquisadas trabalha com uma perspectiva de inter-relacionar os conteúdos acerca da história e cultura afro-brasileira e africana em projetos os quais envolvem a comunidade escolar .

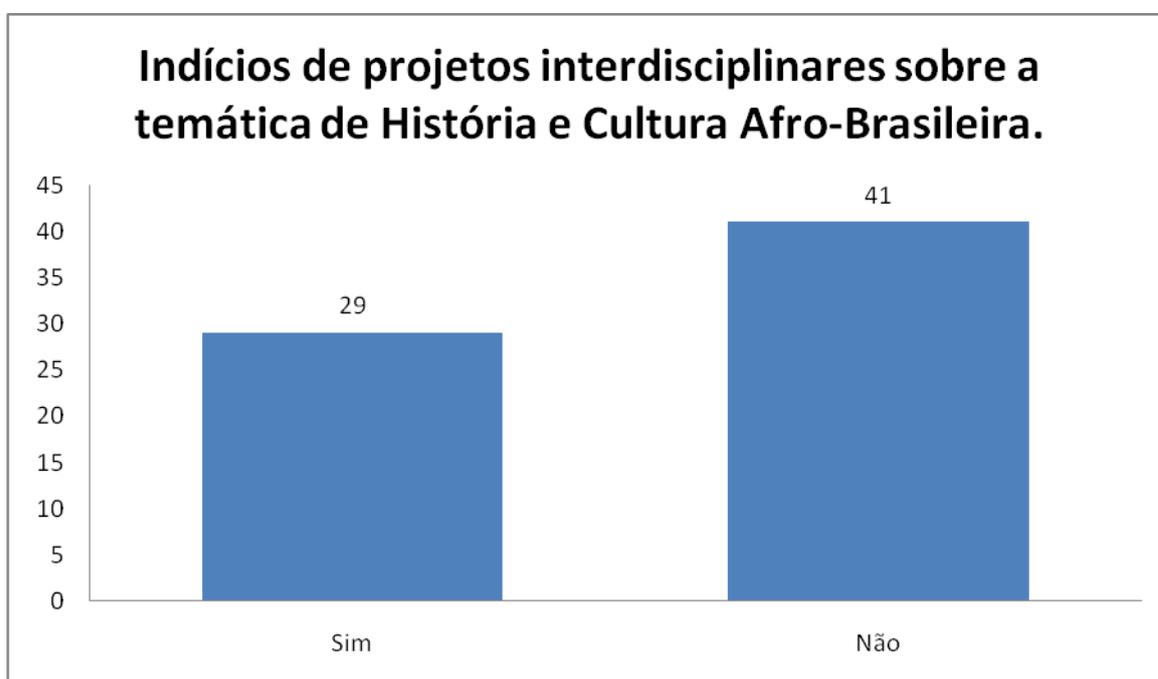


Figura 6 - Gráfico de escolas que utilizam projetos interdisciplinares para abordar a História e Cultura Afro-Brasileira.

Com isso, foi estruturada uma questão acerca das disciplinas que possuem maior “chances” de se trabalhar com a temática da 10.639/03 em projetos interdisciplinares, de acordo com a análise dos relatórios advindos das escolas particulares de educação básica do Distrito Federal.

De acordo com o explicitado nos relatórios, o componente curricular menos participativo de projetos interdisciplinares que abracem a história e cultura afro-brasileira é a Língua Portuguesa. A dúvida que se põe é que empecilhos levam esse componente curricular significativo como elemento cultural ser trabalhado de forma quase inexpressiva e que aspectos o componente curricular em questão podem nortear a favorecer a implementação da lei nº10.639/03.

Na análise desse dado, podemos inferir que há uma falta de planejamento acerca das relações culturais entre Brasil e África acerca da língua ou das linguagens. Pouco se estrutura em termos de conteúdos em Língua Portuguesa, conforme os relatórios, até mesmo dos que incluem a língua portuguesa como componente curricular participativo de um projeto interdisciplinar que envolve toda comunidade da instituição de ensino. Tanto que nos relatórios das escolas que possuem projetos interdisciplinares, algumas observam o componente curricular de língua portuguesa como uma porta de entrada para diversos tópicos a fim de legitimarem a lei nº 10.639/03, como o papel da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou os africanismos inerentes ao nosso léxico desde a época da escravidão até a atualidade, até mesmo manifestações culturais representativas de várias regiões do Brasil e que nasceram do contato entre os negros e os habitantes do Brasil Colônia – Tambor de Crioula; Maracatu; Festa do Boi; Congada; Umbigada. Por sinal, são festividades que não se relacionam à influência de cunho religioso, pelo contrário, são festividades regadas por danças, ritmos e artesanato.

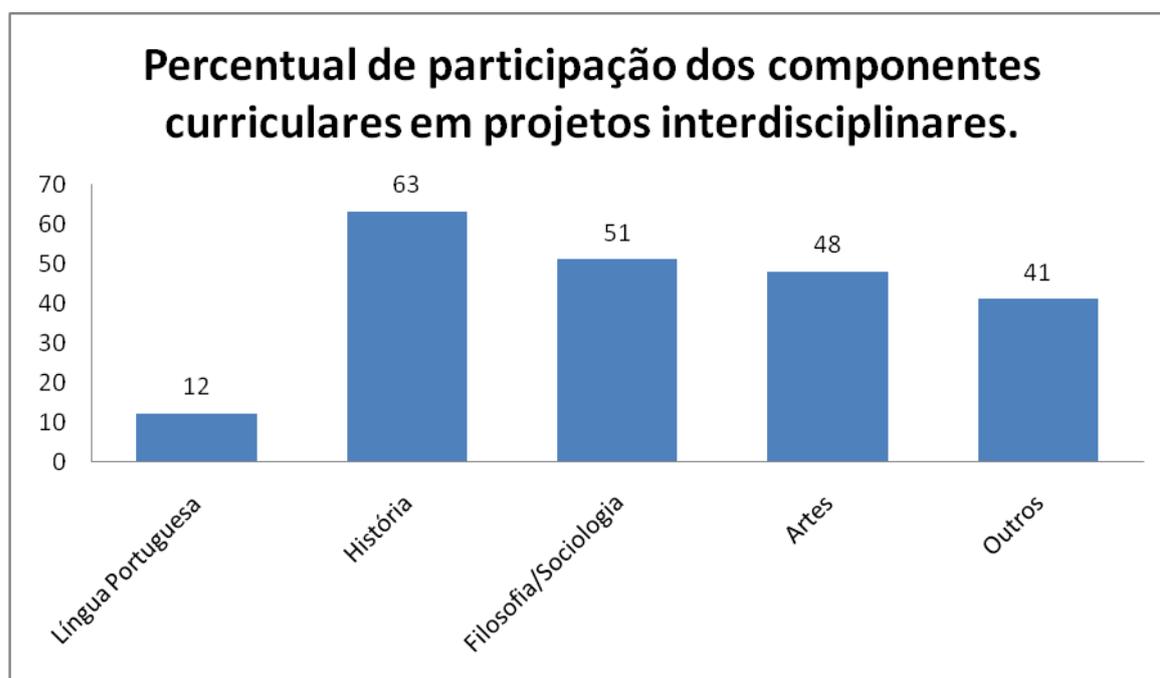


Figura 7 - Gráfico de percentual de participação de componentes curriculares em projetos interdisciplinares em escolas, segundo análise dos dados contidos nos relatórios do CDDN.¹⁰

Com relação aos dados especificados no próximo quadro, é importante ressaltar que o ofício encaminhado às escolas não exigia uma análise da formação e capacitação

¹⁰ Uma escola pode trabalhar com mais de um componente curricular por projeto interdisciplinar.

docente da instituição de ensino, muito menos uma análise crítica dos materiais didáticos adotados em sala de aula. Esses dados que se referem às questões 5 e 7 do questionário etnográfico de base linguística surgiram conforme os relatos contidos nos documentos de algumas escolas, por isso, é preciso fazer, em especial quanto à capacitação e formação continuada dos professores da educação básica, uma pesquisa mais aprofundada.

Já no caso dos materiais adotados em sala de aula, esta pesquisa analisou a coleção de Língua Portuguesa para o ensino médio adotada pela maioria das escolas particulares e públicas do Distrito Federal a fim de comparar os relatos de algumas escolas acerca da adequação dos materiais didáticos à temática estipulada na Lei nº 10.639/03. Essa coleção é considerada pelo Plano Nacional do Livro Didático como excelente e, por isso, aqui no Distrito Federal ela é adotada pela maioria das escolas, principalmente as instituições particulares.

Contudo, quanto ao ensino de história e cultura afro-brasileira, a coleção deixa a desejar: a) no livro dedicado aos estudos gramaticais e semânticos da língua não há nenhuma página que trate dos africanismos na composição do léxico do português do Brasil; b) já no material dedicado ao estudo e produção textual, por base na composição de gêneros textuais, o livro aborda da página 134 até 141 a estruturação e temáticas de artigo de opinião acerca do sistema de cotas adotado no Brasil e em países de outros continentes; por fim, solicita que o aluno redija um artigo de opinião posicionando-se contra ou a favor do sistema de cotas. Não há em nenhum momento textos que resgatem o conceito de ações afirmativas ou possibilidades de leituras mais aprofundadas para garantir argumentos consolidados durante a redação do artigo de opinião; c) por fim, a análise do livro referente à literatura, o qual compõe essa coleção, demonstra os seguintes aspectos: a) o papel do negro surge somente com a 3ª fase do Romantismo – geração Condoreira – graças a representantes como Castro Alves. Desse modo desenvolve-se sob a visão histórica da escravidão no Brasil; b) não se faz nenhuma relação literária entre Brasil e África de língua portuguesa, apesar de termos representantes africanos considerados, pela crítica literária contemporânea, grandes representantes de romances e comparados, como no caso do escritor Mia Couto, a Machado de Assis pela riqueza e composição literária surpreendente; c) ao final da obra, há pequenos textos que direcionam ao racismo devido, em especial, às temáticas desenvolvidas pelo Modernismo e pela Literatura Contemporânea, dentre eles Lima Barreto, Clarice Lispector, Mário Prata que desenvolvem personagens negras consideradas à margem da sociedade da época.

O ideal de pesquisa, neste caso, seria analisar, concomitantemente com os relatórios, os materiais didáticos adotados em cada escola pesquisada a fim de confirmar e comparar os relatos contidos nos documentos encaminhados ao CDDN/SEJUS-DF. Em alguns documentos, foram xerocadas páginas dos livros utilizados na instituição de ensino a fim de comprovar que há conteúdo no material didático e que esse conteúdo é trabalhado de forma sistemática em sala de aula. Essa atitude foi tomada somente por escolas de educação infantil ou educação infantil e fundamental – 1ª fase. As demais escolas, quando anexavam, eram fotos de eventos culturais na escola que pudessem abordar a temática, como por exemplo: semana cultural, feira de ciências e cultura ou comemoração do Dia da Consciência Negra com divisão de turmas por países da África.

O mais importante em relação aos gráficos presentes nas figuras 8 e 10 é que, mesmo sem a necessidade de relatar esses aspectos, conforme o objetivo do ofício advindo do CDDN/SEJUS-DF, algumas instituições de ensino figuraram a necessidade de cursos de formação e capacitação de docentes e a incompatibilidade do material didático de Língua Portuguesa para a efetiva implementação da lei nº 10.639/03.

Isso confirma a necessidade de um planejamento linguístico a ser adotado pelas escolas de educação básica, mas também afirma que a formação dos alunos de graduação acerca do tema, em especial de Língua Portuguesa, tem-se mostrado deficiente; por isso, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana descreveu ações específicas para educação superior, pois se não há formação adequada aos futuros docentes, como implementar a Lei nº 10.639/03?

O Plano, como expresso no capítulo 2, norteia ações de pesquisa, análise e disciplinas no currículo da educação básica e superior. Para tanto, os atores envolvidos nesse processo devem permanecer em estudo e desmitificarem que a relação Brasil e África só aconteceu no período da escravidão e que as marcas remanescentes dessa fase somente estão inseridas no contexto religioso. Tal situação é extremamente equivocada, pois basta observar a língua portuguesa do Brasil em comparação à língua portuguesa de Portugal, as marcas dos africanismos presentes no português do Brasil distanciam-nos do português de Portugal, e esses africanismos, como Lopes (2003), Mattos (2007), Castro (2002), Bonvini e Petter (1998) descrevem, estão inseridos no léxico terminológico – culinária, dança, música, religião, mas também no nosso léxico comum, portanto, presentes do contexto discursivo de cada falante do português do Brasil.

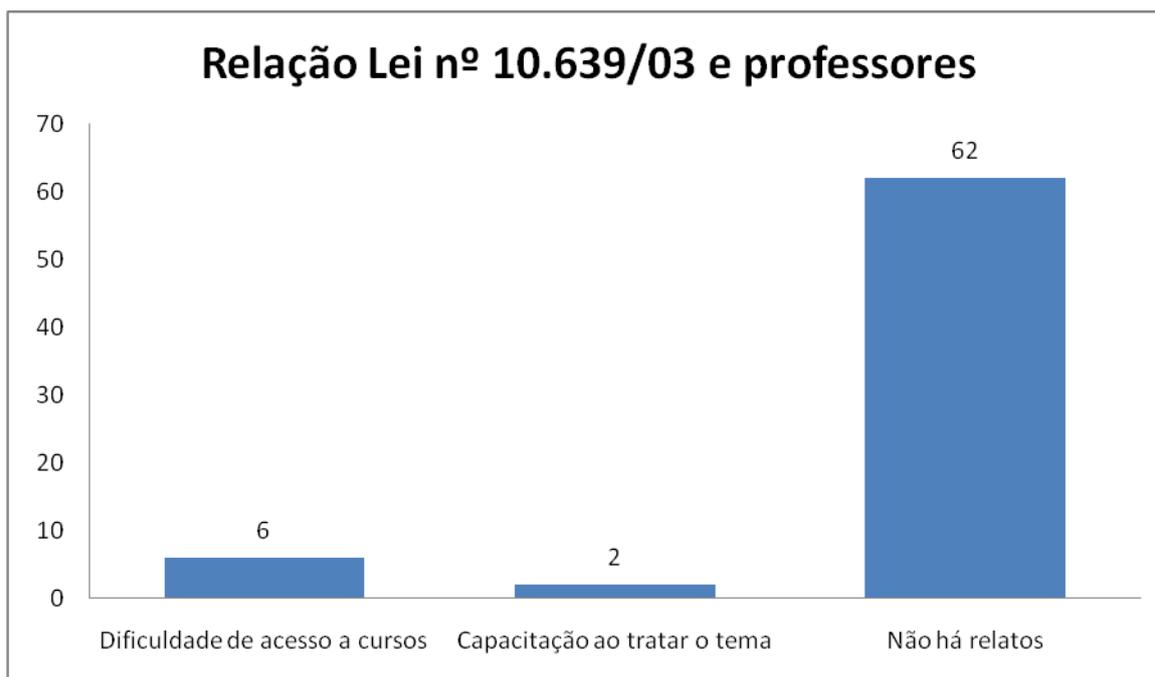


Figura 8 - Gráfico sobre a relação entre os professores e a temática de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, segundo documentos do CDDN.

O gráfico a seguir norteia o quê de fato cada escola manifestou em seu relatório o trabalho sistemático, acerca da implementação da Lei nº 10.639/03, no componente curricular de Língua Portuguesa. Possivelmente esse seja o gráfico mais importante para a formação de um planejamento linguístico coeso com a temática solicitada e as práticas de ensino de Língua Portuguesa em escolas da educação básica.

Nessa questão, as escolas podiam trabalhar com mais de um item, entretanto é importante frisar que 8 escolas não relataram a forma como direcionam as aulas de Língua Portuguesa quanto à implementação da Lei nº 10.639/03 e, nesse caso, são números absolutos e significativamente altos para o percentual de escolas que afirmaram ter tal procedimento de ensino.

Além disso, o ensino de Língua Portuguesa é visto como um componente curricular plástico, que abraça todas as demais disciplinas da educação básica, devido à possibilidade de análise de vários gêneros textuais tanto nos aspectos discursivo-sociais quanto nas microestruturas linguísticas. Desse modo, a aplicabilidade da lei nº 10.639/03 ganha uma vertente muito ampla, sem um aprofundamento linguístico teórico, e isso pode ser comprovado com o fato de a maioria das escolas afirmarem que direcionam o ensino de língua portuguesa em correlação à lei supracitada pela abordagem de debates acerca das ações afirmativas.

Outro dado importante é a proeminência, mesmo em escolas que atendem até o ensino médio, de tratar a temática pela leitura de livros paradidáticos que tenham personagens negras. Esse dado, em especial, ficou mais evidente no ensino infantil com o número de 12 escolas participantes dessa etapa, o que revela que essas escolas não atendem somente o ensino infantil, mas também o fundamental e médio.

Com relação a estudos sobre os escritores africanos de Língua Portuguesa, somente duas escolas direcionaram esse campo. Assim, há um desconhecimento acerca do tema e, sobretudo, o estudo de literatura em sala de aula possui um foco eurocêntrico significativo e não foge ao paradigma de que a literatura europeia foi a única a influenciar a literatura brasileira.

Para finalizar, a questão perpassa o conhecimento dos professores acerca dos africanismos contidos no português do Brasil e quais mudanças semânticas esses lexemas já sofreram dentro do contexto do Brasil. A questão central é saber de que forma os professores de língua portuguesa poderão obter esse conhecimento se os materiais didáticos para a educação básica deixam essa temática deficiente ou simplesmente não a abordam. Relacionada à questão anterior, lembra-se que esse conhecimento nos cursos de licenciatura em Letras no Distrito Federal nem é abordado ou direcionam de forma tão sucinta a ponto de o discente do curso não ter segurança ao ministrar aulas para educação básica acerca do tema.

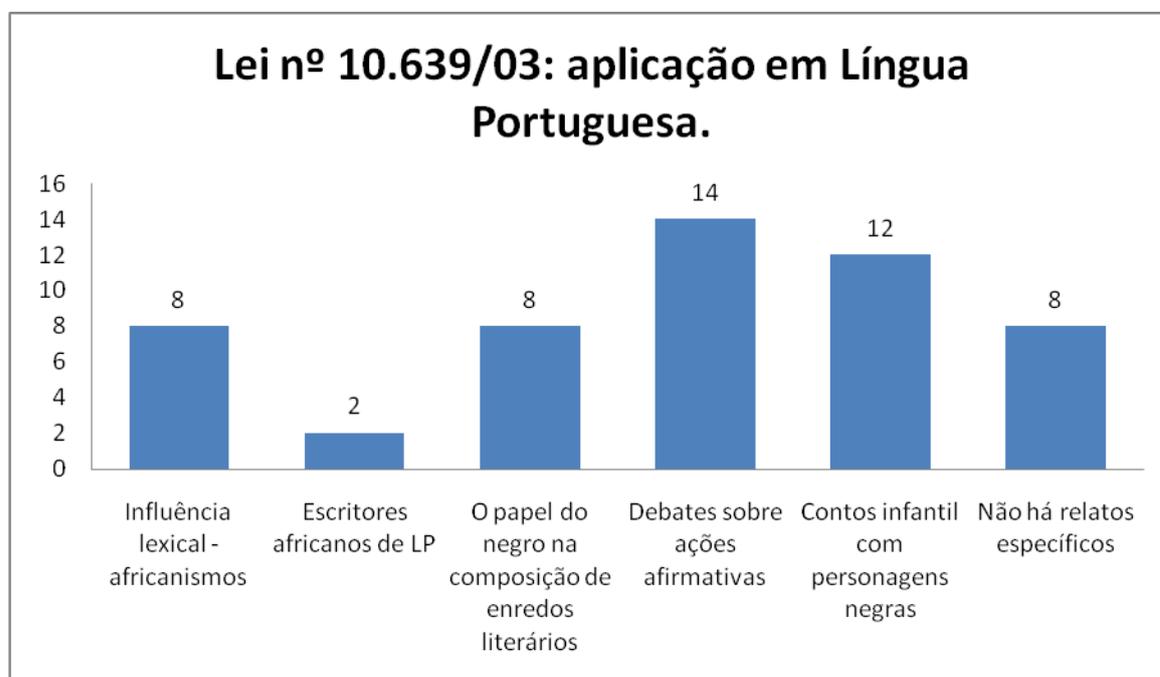


Figura 9 - Abordagem da Lei nº 10.639/03 em Língua Portuguesa.¹¹

¹¹ Uma escola pode ter mais de uma abordagem.

Talvez esses sejam os argumentos básicos para que professores de língua portuguesa atuem predominantemente nas outras áreas como os livros literários com personagens negras ou com temas que levem ao debate das ações afirmativas. Há de fato falta de materiais e de cursos especializados em discutir, refletir e analisar os africanismos no português do Brasil e, sobretudo, ampliar esse estágio para análise de elementos culturais que possam contribuir para a relação afro-brasileira contida nos termos da Lei nº 10.639/03. Entretanto não é uma situação impossível, o próprio Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana afirma que as escolas podem solicitar de órgãos estaduais, municipais e federais cursos de capacitação e formação continuada de professores e profissionais da educação; além de o MEC e demais órgãos vinculados aos programas de defesa da igualdade étnico-racial orientarem que as instituições de ensino superior deverão adequar-se a temática da Lei nº 10.639/03 pelo menos nos cursos de licenciatura.

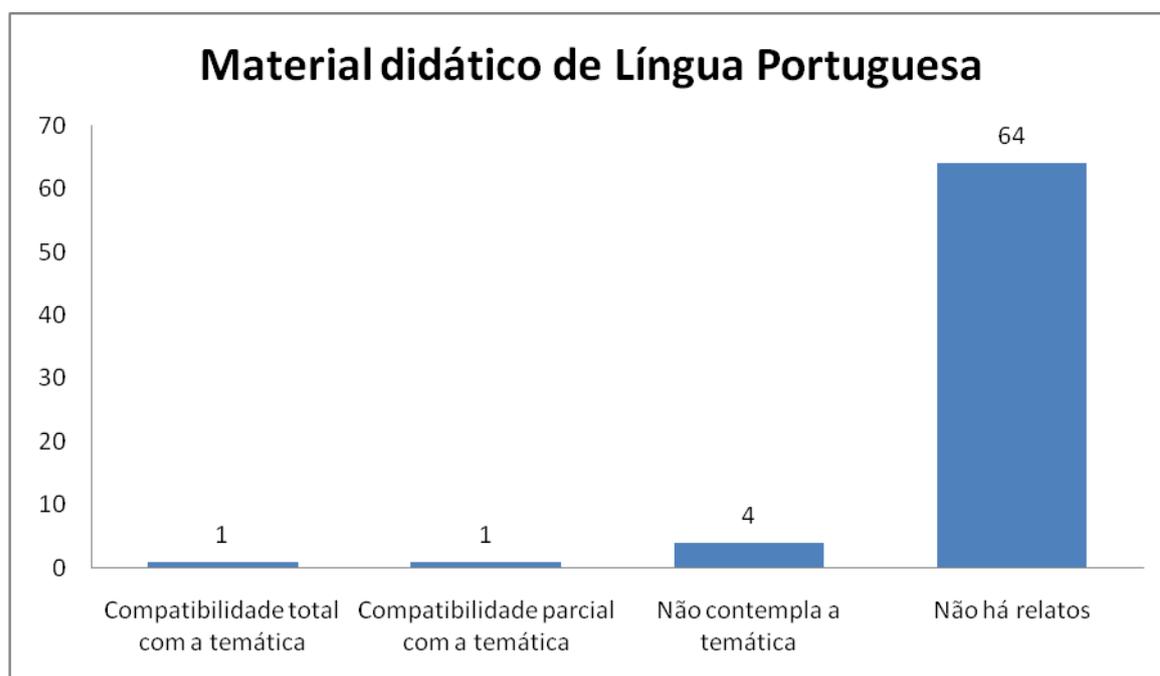


Figura 10 - Adequação do material didático de língua portuguesa à Lei nº 10.639/03.

Com as orientações estabelecidas pelo Plano, podemos prever que a implementação da Lei nº 10.639/03 construirá profissionais da educação e professores com capacidade de percepção e análise de materiais didáticos com vias a qualificar as aulas específicas da educação básica, independentemente de qualquer componente curricular. Para

isso, é necessário que haja planejamento de aula que recorram à devida adequação do tema ao componente curricular em questão.

No caso dessa pesquisa, o foco é a proposta de planejamento linguístico a ser norteado no ensino de língua portuguesa, em especial nos cursos de Letras, visto que a necessidade de capacitação e de formação continuada de professores da área ser pressuposto ímpar para a melhor qualidade das aulas de língua portuguesa sob a orientação da Lei nº 10.639/03. Esses e outros aspectos serão abordados no próximo capítulo o qual propõe um planejamento linguístico adequado ao ensino superior, em especial ao curso de Letras.

3.3. Procedimentos teóricos de estruturação do planejamento linguístico.

Antes de estruturamos uma proposta de planejamento linguístico propriamente dito, desenvolveremos os procedimentos teóricos que nos levaram a elaboração desse planejamento linguístico para o curso de graduação em Letras e para o curso de extensão de professores ativos.

Primeiramente, nós temos para a formalização das práticas educativas da Lei nº 10.639/03 uma situação-problema: o que trabalhar de história e cultura afro-brasileira e africana em língua portuguesa? Essa pergunta foi respondida no capítulo 2, visto que o conceito de língua, adotado metodologicamente nesta pesquisa, está intrínseco ao conceito de cultura, ou seja, história, cultura e língua são elementos circunscritos, interligados dentro de uma linha temporal que relacionam os elementos culturais de uma Nação, entre eles, o elemento-mor: a língua.

Posteriormente, surgiu outro questionamento para a estruturação de um planejamento linguístico: qual seria o público-alvo dessa proposta, visto que a Lei nº 10.639/03 tem aplicação direta à Educação Básica? Nessa questão, a preocupação imediata não foi o aluno da educação básica e sim o aluno da graduação, pois este seria o primeiro propagador da temática nas escolas de educação básica e, posteriormente, a ideia de cursos de capacitação a distância de professores atuantes surgiu como a possibilidade de diálogo entre o professor com a formação estruturada na graduação em Letras e o professor com a capacitação continuada em Letras. Desse modo, a ação mediata de atuação atenderia aos dispositivos da Lei nº 10.639/03 e aos Pareceres estruturados pelo Conselho Nacional de Educação.

Resolvidas essas situações, de acordo com as teorias estudadas e estruturadas por Calvet (2007) em *As políticas linguísticas*, qual seria o melhor modelo de planejamento linguístico a ser adotado neste contexto de multiculturalismo?

Calvet cita dois modelos de planejamento linguístico conforme Haugen (1983), sendo o primeiro mais simples, estruturado para o contexto de línguas dominantes e dominadas – como dito anteriormente; já o segundo modelo, foi elaborado para contextos de multiculturalismo, podendo atender aos aspectos de línguas de *status*.

A influência cultural africana, desde o período da colonização brasileira, foi vista como algo que denegrise a imagem no Brasil. Até mesmo hoje, com políticas públicas de inclusão social, percebemos que muitos brasileiros não conseguem notar a presença do elemento negro na sua formação cultural, principalmente a de base linguística, presente no léxico comum e nos elementos morfossintáticos. Por isso, o segundo modelo de Haugen, que trabalha com o *status* de línguas, no nosso caso das linguagens, é mais adequado de aplicação.

Além disso, o segundo modelo de Haugen possui características específicas para construção de disciplina que leve o aluno do curso de Letras e do curso de extensão à reflexão como é o caso dos tópicos “aplicação” e “modernização” que sugerem as práticas educativas reflexivas aos discentes de graduação em Letras, mas também aos alunos da educação básica quando se pensa nas mudanças provocadas pelos africanismos durante os séculos de contato com a língua de *status* maior: o Português brasileiro.

4. PROPOSTA DE PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, aprofundaremos o conceito de planejamento linguístico estruturado por Calvet (2007) a fim de construir, primeiramente, uma disciplina norteadora nos cursos de licenciatura em Letras com o objetivo de capacitar, *a priori*, os futuros docentes de Língua Portuguesa. Posteriormente, elaboramos um curso de extensão a distância destinado a professores de educação básica que já são atuantes, ou seja, um curso de formação continuada para que futuros e atuais professores de Língua Portuguesa possam desenvolver de modo efetivo o ensino de Língua Portuguesa com a implementação da Lei nº 10.639/03 – no caso dessa pesquisa, e, em pesquisas futuras, da Lei nº 11.645/08; comportando, assim a temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e, posteriormente, a Indígena conforme os documentos regulamentadores e orientadores descritos durante os capítulos anteriores.

Calvet (2007) estrutura dois modelos de planejamento linguístico, com base na estrutura de Haugen, significativos para a pesquisa em questão: o primeiro modelo, já foi descrito no capítulo 2, em conceitos de Política Linguística e Planejamento Linguístico. Nesse primeiro modelo, percebemos uma maior simplicidade e dinamismo em relação à situação-problema em evidência que pode ser um biliguismo, crioulismo ou até mesmo o reconhecimento de marcações linguísticas – linguagens - como o estruturado no contexto da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, implementada na Lei nº 10.639/03. Nesse caso, o planejamento em questão não deseja a mudança da Língua Portuguesa, pelo contrário, configura-se *o status* de influência linguística de africanismos no português do Brasil, a fim de que as instituições de educação básica e também as instituições de Ensino Superior possam ministrar essas linguagens de forma clara e fundamentada em conceitos, teóricos e práticos, no processo de comunicação dos interlocutores. Sendo assim, o interlocutor é sujeito da linguagem seja ela expressa por meio de africanismos ou não.

O segundo modelo estruturado em *Políticas Linguísticas*, de Calvet (2007), tem por base, também, a construção do modelo adotado por Haugen (1967) para definir as línguas de afastamento: “Abstand” e de desenvolvimento: “Ausbau”, em Alemão. Dois anos após as definições de Haugen, Kloss desenvolve conceitos mais específicos que abraçam aquilo que foi vislumbrado primeiramente por Haugen: planejamento do *corpus* e planejamento do *status* de uma língua.

Segundo Kloss, *apud* Calvet (2007), o planejamento de *corpus* se relaciona às intervenções na forma, na estrutura da língua, como criação de uma escrita ou a sua padronização. Diferentemente do planejamento de *corpus*, o planejamento de *status* prevê as influências no contexto comunicativo, no meio social, como a possibilidade de intervenções de outras línguas. Tanto o planejamento de *corpus* quanto o de *status* estão inter-relacionados aos passos estruturados pelo Estado quanto pelos falantes de uma dada língua; sendo assim, o mais significativo entre eles é a interpretação que se dá em cada contexto comunicativo, em cada nação, por isso, são modelos de planejamento que podem se adequar a cada situação linguística e não instrumentos padronizados para aplicação ou não em um contexto linguístico.

Após as estruturações de Kloss (1969), *apud* Calvet (2007), Haugen (1983), por meio da dicotomia forma e função, cria o seu segundo modelo de planejamento linguístico, o qual se diferencia do primeiro em termos da função, da aplicabilidade no contexto comunicativo, ou seja, da língua como elemento cultural de uma nação, presente na fala e na escrita de um povo. Desse modo, o segundo modelo se estrutura da seguinte forma:

	Forma (planejamento linguístico)	Função (cultura da língua)
Sociedade (planejamento do status)	1. Escolha (processo de decisão). a) Identificação do problema. b) Escolha da norma.	3. Aplicação (processo educacional). a) Correção. b) Avaliação.
Língua (planejamento do corpus)	2. Codificação (padronização). a) Transcrição gráfica. b) Sintaxe. c) Léxico.	4. Modernização (desenvolvimento funcional) a) Terminologia. b) Estilística.

Figura 11 - Tabela 1- Segundo modelo de planejamento linguístico, segundo Haugen (1983).

Esse modelo foi pensado para situações amplas de contato linguístico, bilinguismo, etc; entretanto, há possibilidade de adotarmos a sua estrutura para a

constituição do *status* de africanismos no português do Brasil, como podemos estruturar da seguinte forma.

Para ilustrar esse modelo pelo viés da pesquisa em questão, observemos que já temos algumas lacunas preenchidas por políticas linguísticas de implementação dos africanismos no português do Brasil. Para um ponto de vista mais didático, ilustraremos cada estágio conforme o segundo modelo de Haugen:

	Forma (planejamento linguístico)	Função (cultura da língua)
Sociedade (planejamento do status)	<p>1. Escolha (processo de decisão).</p> <p>a) <i>Identificação do problema:</i> Aceitação dos Africanismos contidos no Português do Brasil.</p> <p>b) <i>Escolha da norma:</i> A língua de Oficial do Brasil é a Língua Portuguesa.</p>	<p>3. Aplicação (processo educacional).</p> <p>a) <i>Correção:</i> Difusão da Lei nº 10.639/03.</p> <p>b) <i>Avaliação:</i> Temática da Lei nº 10.639/03 compor os processos avaliativos educacionais.</p>
Língua (planejamento do corpus)	<p>2. Codificação (padronização).</p> <p>a) <i>Transcrição gráfica:</i> Listagem dos africanismos conforme ortografia da Língua Portuguesa do Brasil.</p> <p>b) <i>Sintaxe:</i> Contextos sintagmáticos de uso dos africanismos no Português do Brasil</p> <p>c) <i>Léxico:</i> Produção de dicionários específicos de africanismos de terminologia: culinária, religião, escolares de africanismos, etc.</p>	<p>4. Modernização (desenvolvimento funcional)</p> <p>a) <i>Terminologia:</i> Terminologia de base africana.</p> <p>b) <i>Estilística:</i> Possíveis mudanças semânticas, fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas dos africanismos de acordo com os mecanismos morfossintático da Língua Portuguesa.</p>

Figura 12 - Tabela 2 - Modelo de Haugen aplicado aos africanismos.

Desse modo, percebemos que o contexto de implementação da Lei nº 10.639/03 é para determinar status à influência cultural de vários povos africanos durante a escravidão no Brasil; no caso dessa pesquisa, desenvolvemos a vertente de influência lexical na Língua Portuguesa do Brasil. Assim sendo, a política linguística a ser desenvolvida no Brasil sobre o ponto de vista da aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 perpassa pelo reconhecimento do léxico de origem africana presente na Língua Portuguesa do Brasil, esta sendo a língua oficial do Estado, portanto esse estágio corresponde ao item 1 do planejamento linguístico, conforme Haugen.

O item 2, referente a codificação (padronização), norteia três etapas significativas: a) transcrição gráfica: organização e padronização do léxico tendo por base a padronização ortográfica – muitas vezes essa etapa é regulamentada conforme as regras ortográficas da língua majoritária, no caso, a Língua Portuguesa; b) sintaxe: levantamento das estruturas sintáticas de uso de africanismos ou situações em que estruturas sintáticas presentes no português do Brasil são de origem africana; c) léxico: levantamento de léxico de origem africana para produção de dicionários, em especial, escolares para o ensino de africanismos no contexto da educação básica; além de serem norteadores para orientação de professores desse nível de ensino.

Quando se fala em africanismos no sistema lexical, percebemos uma das primeiras lacunas existentes no processo de implementação da Lei nº 10.639/03. Isso porque muitas vezes há poucos estudos referentes a essa vertente e, também, muitas situações culturais equivocadas envolvidas, como já foi dito no primeiro capítulo dessa dissertação. Por isso, os itens 3 e 4 do planejamento linguístico denotam maiores lacunas para implementação da Lei nº 10.639/03.

O item 3 possui um caráter impositivo por tentar difundir a temática desenvolvida pela Lei nº 10.639/03 em instituições de educação básica do Brasil, entretanto tal difusão torna-se confusa, distorcida, devido à falta de formação continuada ou, até mesmo, de capacitação dos professores de diversas áreas acerca do tema. Se não há uma formação adequada dos professores e profissionais da educação básica, como exigir instrumentos avaliativos, como provas, projetos interdisciplinares, processos seletivos de ingresso em universidades, que abordem a temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

Ao mesmo tempo, se os processos seletivos de grande valor significativo no Brasil, como ENEM, ENADE e vários vestibulares, não exigem dos candidatos em suas avaliações de Língua Portuguesa conhecimentos acerca dos africanismos, as instituições de

ensino de educação básica e superior não se preocuparão com essa formação. Desse modo, a Lei nº 10.639/03 tornar-se ineficaz e os conhecimentos acerca dela continuarão truncados e estudados somente por pesquisadores em diversas academias sem que isso seja reconhecido por todos falantes da Língua Portuguesa do Brasil como léxico comum e terminológico de várias áreas do conhecimento, como culinária, artes, música e religião.

Por isso, o cerne da nossa pesquisa é a elaboração de uma disciplina que direcione o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, atendendo assim as prerrogativas da Lei nº 10.639/03, no curso de Letras das instituições de Educação Superior para que assim os futuros professores, durante a graduação, possuam conhecimento suficiente para ministrar as aulas de Língua Portuguesa da Educação Básica de acordo com a temática estabelecida pela Lei.

É importante enfatizar que a Lei nº 10.639/03 exige o ensino da temática em questão em todas as disciplinas da Educação Básica, como já analisado no capítulo 2 dessa dissertação. Entretanto, devido a pouca ênfase e formação dos professores de Língua Portuguesa – como visto no capítulo de Metodologia, essa pesquisa vislumbrou a prática do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pelo recorte linguístico.

Além disso, também propomos um curso de extensão à distância de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, cujo público-alvo são os professores atuantes de Língua Portuguesa, haja vista a necessidade de formação continuada de professores e profissionais da educação.

4.1. Proposta de disciplina para graduação em Letras: capacitação de futuros professores de Língua Portuguesa.

A Lei nº 10.639/03, artigo 26 A institui claramente que todas as escolas, públicas e particulares, deverão trabalhar a temática História e Cultura Afro-Brasileira. Até então, parece que seria somente obrigação do componente curricular de História retomar esses conceitos: história e cultura; entretanto, os parágrafos desse mesmo artigo ampliam essa visão e direcionam o ensino de História e Cultura em vertentes amplas, circunscritas, além da formação do povo brasileiro, da contribuição do negro na identidade nacional e, para arrematar o ensino dessa temática, o 2º parágrafo do artigo 26 A é enfático ao direcionar que todos os componentes curriculares devem ministrar a História e Cultura

Afro-Brasileira. Por isso, propomos uma disciplina de estudos afro-brasileiros e africanos pelo recorte linguístico e pelas políticas educacionais norteadoras da educação básica.

O foco dessa disciplina é o ensino de língua portuguesa com a influência linguística de africanismos no contexto Brasil colonial que retrata o Brasil contemporâneo. O objetivo central é provocar a reflexão linguística dos discentes do curso de Letras, como a concepção de língua, elemento cultural sociointeracionista, o qual resgata e traça percursos de ensino da língua materna e da língua portuguesa oficial com recortes de influência africana linguística, além de considerar o papel do discente como futuro professor engajado às políticas educacionais inerentes à sua prática docente. Para isso, estruturamos a seguinte proposta de disciplina.

4.1.1. Disciplina para curso de Letras: Africanismos no Português do Brasil.

Carga horária: 60 horas/aulas

1. Ementa:

Educação das relações étnico-raciais. Identidade. Linguagens: Terminologia e Léxico. Principais Troncos linguísticos africanos no Brasil. Etnografia. Políticas Educacionais relacionadas ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Currículo. Reflexão sobre a inserção da temática nos projetos político-pedagógicos das escolas de Educação Básica. Criação de projetos de intervenção no espaço escolar para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em Língua Portuguesa.

2. Conteúdo Programático:

- a. Identidade e Linguagens na perspectiva da educação das relações étnico-raciais.*
 - a. Alteridades: variáveis constitutivas das identidades no Brasil.
 - b. Lexicologia e Terminologia: influência africana – africanismos no português do Brasil.
 - c. Elementos morfossintáticos de base africana.
 - d. Etnografia: estudos etnolinguísticos de africanismos no português do Brasil.
- b. Aspectos educacionais de implementação das Leis nº 10.639/03.*
 - a. Políticas educacionais.
 - b. Currículo.

c. Projeto político-pedagógico.

c. *Pesquisa.*

a. Elaboração e aplicação de projeto de intervenção em instituições de ensino.

3. Justificativa:

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é documento norteador que orienta a necessidade de uma mudança curricular, no sentido de atender às políticas educacionais propostas pelo Ministério da Educação – MEC quanto à temática em questão. Para compor essas políticas educacionais, há as determinações da Lei nº 10.639/03, a qual introduz uma série de novas situações, dentre elas as lacunas de conhecimento sobre a temática, tanto por docentes quanto por discentes nos cursos de licenciatura existentes no Brasil.

Lamentavelmente, as lacunas que verificamos no ensino ministrado em nossas instituições de ensino básico, originam-se nas instituições de formação inicial e/ou continuada de professores. Assim é preciso começar – de fato – com ações efetivas de formação e capacitação no currículo do curso de Letras e, se possível, de todas as licenciaturas.

Com esse propósito, há estudos que explicitam em suas séries históricas que a população afro-descendente está entre aquelas que mais enfrentam cotidianamente as diferentes facetas do preconceito, do racismo e da discriminação que marcam, nem sempre silenciosamente, a sociedade brasileira. O acesso às séries iniciais do Ensino Fundamental, praticamente universalizado no país, não se concretiza, para negros e negras, nas séries finais da educação básica. Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso, resultando no reduzido número de negros e negras que chegam ao ensino superior, cerca de 10% da população universitária do país.

Com isso, é necessária a institucionalização da implementação da Educação das Relações Étnico-raciais, maximizando a atuação dos diferentes atores por meio da compreensão e do cumprimento da Lei 10.639/03, da Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004.

As alterações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) pela Lei 10.639/03 geraram uma série de ações do governo brasileiro para sua implementação, visando inicialmente contextualizar o texto da Lei. Nesse sentido, o

Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004), nas quais são estabelecidas orientações de conteúdos a serem incluídos e trabalhados e também as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive no ensino superior.

A Resolução CNE/CP nº 01, publicada em 17 de junho de 2004, detalha os direitos e obrigações dos entes federados frente à implementação da Lei 10639/03. A esse respeito, cabe ressaltar a qualidade do Parecer nº 03/2004 emitido pelo Conselho Nacional de Educação, que, além de tratar com clareza o processo de implementação da Lei, abordou a questão com lucidez e sensibilidade, reafirmando o fato de que a educação deve concorrer para a formação de cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, qualquer que seja este, cujos direitos devem ser garantidos e cujas identidades devem ser valorizadas.

Posteriormente, a edição da Lei 11.645/08 veio corroborar esse entendimento, reconhecendo que indígenas e negros convivem com problemas de mesma natureza, embora em diferentes proporções. Assim, os preceitos enunciados na nova legislação trouxeram para o Ministério da Educação o desafio de constituir em parceria com os sistemas de ensino, para todos os níveis e modalidades, uma Educação para as Relações Étnico-raciais, orientada para a divulgação e produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

De acordo com o Parecer CNE/CP 03/2004, as instituições de educação superior devem elaborar uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica do ser humano como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação.

As instituições de ensino superior são as instituições fundamentais e responsáveis pela elaboração, execução e avaliação dos cursos e programas que oferecem, assim como de seus projetos institucionais, projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática Étnico-racial.

É importante que se opere a distribuição e divulgação sistematizada dos planos de ensino das instituições de ensino superior para que elas respeitem o princípio da autonomia universitária, incluam em seus currículos os conteúdos e disciplinas que versam sobre a educação das relações Étnico-raciais (Parecer CNE/CP 03/2004).

Nesse sentido, destacamos as ações principais para a Educação Superior conforme determina o referido documento:

a) Fomentar o Apoio Técnico para a formação de professores e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, para a educação das relações étnico-raciais.

b) Implementar as orientações do Parecer nº 03/2004 e da Resolução nº 01/2004, no que se refere à inserção da educação das relações étnico-raciais e temáticas que dizem respeito aos afro-brasileiros entre as IES que oferecem cursos de licenciatura.

c) Construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à educação das relações étnico-raciais para todos os cursos de graduação.

d) Incluir os conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente e articular cada uma delas à pesquisa e à extensão, de acordo com as características das instituições de Ensino Superior.

Para atender ao que determina o Parecer nº 03/2004 e da Resolução nº 01/2004, do MEC, a proposta desta pesquisa é a criação da disciplina obrigatória Africanismos no Português do Brasil ao curso de Letras e, se possível a todos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília, com uma carga horária de 30 horas/aulas, além de seminários, debates, cursos de extensão para o corpo docente e discente da instituição, com a finalidade de promover a temática das relações étnico-raciais.

Nesse sentido, foi pensado também sobre o perfil do professor para ministrar a disciplina em questão, como já explicitado anteriormente, trata-se de um novo conteúdo a ser inserido no currículo e que exigirá do corpo docente uma capacitação específica face às mudanças nas políticas educacionais.

Observando que os professores não tiveram em sua formação superior estudos sobre a temática étnico-racial, foi necessário pensar uma forma de oferecer aos professores da instituição a possibilidade de estudar essa temática com a finalidade de fomentar a pesquisa e assim trazer maior clareza ao corpo docente ao ministrar, não só a disciplina, mas também inserir a contribuição dos negros na formação das identidades do Brasil em contextos específicos a cada curso de licenciatura oferecido pela universidade. Com isso,

propomos também um Grupo de Estudos Afro-Brasileiros a fim de fomentar a pesquisa e formação desses docentes e discentes da Educação Superior, além de produzir eventos e materiais acadêmicos e didáticos que busquem a temática estabelecida na Lei nº 10.639/03.

4.2. Proposta de curso de extensão para formação continuada de professores ativos.

Tendo em vista as dificuldades de implementação da Lei nº 10.639/03 em instituições de ensino de educação básica do Distrito Federal e a formação continuada de professores atuantes na educação, propomos também um curso de extensão à distância ou semipresencial a fim de explorar o tema História e Cultura Afro-Brasileira e Africana sob o ponto de vista linguístico em uma plataforma de aprendizagem virtual intitulada “Projetos Virtuais”, com o título de curso *Africanismos no Português do Brasil*.¹²

Essa ideia surgiu devido à grande quantidade de profissionais da educação e professores de educação básica relatar, de modo informal, a falta de tempo para formação continuada e, ao mesmo tempo, a necessidade específica de formação quanto à temática estruturada pela Lei nº 10.639/03. Desse modo, o intuito de utilizar a educação a distância é para preparar esses atores da educação que estão atuantes e, portanto, precisam de qualificação profissional de acordo com as regulamentações advindas da Lei nº 10.639/03.

Devemos salientar que obviamente é um curso de extensão básico sobre a temática, portanto, o conhecimento mais específico de cada tópico deverá ser mais elaborado com cursos e leituras mais profundas.

4.2.1. Planejamento de curso de extensão: Africanismos no Português do Brasil a distância

1. Objetivo geral:

Promover a mediação e a reflexão dos professores em formação continuada sobre a Língua Portuguesa quanto aos africanismos presentes no Português do Brasil, em conformidade com a Lei nº 10.639/03.

¹² A plataforma em questão é de domínio e autoria de Vânia Alves da Silva – autora da pesquisa - e Tiberio Cesar Lima Bezerra – *webdesigner* e professor-formador de vários cursos ministrados no ambiente virtual de aprendizagem, acessada pelo endereço eletrônico www.projetosvirtuais.pro.br/moodle.

2. Especificidades:

- Plataforma para AVA: *Moodle*.
- Teoria que embasa o modelo de *design*: sociointeracionista.
- Mídias utilizadas: impressa, computador (filmes, vídeos, web-conferência).
- Quantidade de módulos: 6.
- Carga horária: 70 h.

3. Participantes:

- Professores-formadores: linguistas com formação em lexicologia, terminologia com foco em africanismos no português do Brasil.
- Tutores: formadores e pesquisadores na área em questão.
- Alunos: professores e profissionais da educação básica de ensino, em especial licenciados do curso de Letras.

4. Formas de interação:

- Plataforma *Moodle*.
- *E-mail*.
- Telefone.

5. Atividades na plataforma:

- Fóruns.
- Atividades *off-line*.
- Questionários.
- Auto-avaliação.
- Glossário.

6. Conteúdo:

- Identidade e Linguagens na perspectiva da educação das relações étnico-raciais.*
 - Alteridades: variáveis constitutivas das identidades no Brasil.
 - Lexicologia e Terminologia: influência africana – africanismos no português do Brasil.
 - Elementos morfossintáticos de base africana no português do Brasil.
 - Etnografia: estudos etnolinguísticos de africanismos no português do Brasil.
- Aspectos educacionais de implementação das Leis nº 10.639/03.*

- i. Políticas educacionais.
 - ii. Currículo.
 - iii. Projeto político-pedagógico.
- c. *Pesquisa*.
- i. Elaboração e aplicação de projeto de intervenção em instituições de ensino.

7. Avaliação:

A avaliação por bloco será desenvolvida por meio de:

- Participação das discussões apresentadas nos fóruns temáticos.
- Participação na elaboração do glossário de africanismos no português contemporâneo.
- Resultados de atividades *off-lines e/ou on-lines*: questionários; análises em sala de aula; autoavaliação.

Observação: Os questionários, resenhas, auto-avaliação podem não estar disponibilizados em todos os blocos.

8. Especificidades dos módulos:

8.1. Módulo 0 / Ambientação:

- Carga horária/semana: 10h / 1ª semana.
- Tema: Aprendendo na EaD.
- Subtemas:
 - a. O que é a EaD?
 - b. Perfil de um aluno de EaD.
 - c. A importância do computador na EaD.
 - d. A plataforma *Moodle*.
 - e. Ferramentas do *Moodle*.
- Objetivos específicos:
 - a. Identificar os aspectos inerentes à EaD.
 - b. Conhecer a plataforma *Moodle*.
 - c. Saber utilizar as ferramentas existentes na plataforma *Moodle*.

- d. Visualizar-se como um aluno da era da informação diante das múltiplas formas de aprendizagem.
- Atividades básicas do módulo 0:
 - a. Ler o plano de ensino do curso.
 - b. Ler o manual de instruções do *Moodle*.
 - c. Responder ao questionário diagnóstico.
 - d. Responder ao fórum de expectativas.
 - e. Responder ao fórum de apresentação.

8.2. Módulo 1:

- Carga horária/semana: 10h/ 2ª semana.
- Tema: Alteridades: Identidades do Brasil.
- Subtemas:
 - a. O que é ser brasileiro?
 - b. O negro na constituição do povo brasileiro.
 - c. Conceito de língua.
 - d. O que é léxico e terminologia?
- Objetivos específicos:
 - a. Identificar as várias etnias de formação do povo brasileiro.
 - b. Reconhecer o papel do negro como formador dos elementos culturais do Brasil.
 - c. Discutir e refletir sobre o papel da língua e das linguagens no cotidiano comunicativo.
 - d. Reconhecer a Lexicologia e Terminologia como ciências de estudo da língua.
- Atividades básicas do módulo 1:
 - a. Ler os textos relacionados à cultura e à identidade.
 - b. Participar dos fóruns discursivos acerca do papel do negro como formador da nação brasileira.
 - c. Ler e responder à pesquisa quanto aos conceitos de língua e linguagem.

- d. Discutir em fórum sobre qual o conceito de língua que se adéqua ao reconhecimento dos africanismos.
- e. Ler e responder ao questionário acerca da terminologia e da lexicologia.

8.3. Módulo 2:

- Carga horária/semana: 10h/ 1 semana.
- Tema: Africanismos no Brasil.
- Subtemas:
 - a. O que são africanismos?
 - b. Africanismos terminológicos e de léxico comum.
 - c. Modelos de dicionários de africanismos publicados.
 - d. Etnografia: conceito.
 - e. O papel da etnografia e etnolinguística como método de estudo de africanismos no português do Brasil.
- Objetivos específicos:
 - a. Apreender o conceito de africanismos.
 - b. Reconhecer os africanismos de terminologia e de léxico comum.
 - c. Identificar e analisar dicionários de africanismos publicados na atualidade.
 - d. Apreender o conceito da etnografia.
 - e. Reconhecer a etnolinguística como método de estudo da língua e das linguagens.
- Atividades básicas do módulo 2:
 - a. Discutir por meio de fóruns o conceito de africanismos e a sua importância.
 - b. Pesquisar os africanismos presentes no português do Brasil.
 - c. Construir um glossário coletivo de africanismos presentes no português do Brasil.
 - d. Discutir e responder aos fóruns acerca do papel da etnografia e etnolinguística na prática de ensino de Língua Portuguesa.

8.4. Módulo 3:

- Carga horária/semana: 10h/ 1 semana.
- Tema: Políticas Educacionais.
- Subtemas:
 - a. O que são as políticas educacionais?

- b. Como as políticas educacionais influenciam as práticas em sala de aula?
- c. Lei nº 10.639/03: o que é? Como funciona?
- d. Currículo de Língua Portuguesa com a Lei nº 10.639/03.

- **Objetivos específicos:**

- a. Refletir a importância do Estado nas práticas educacionais.
- b. Entender a Lei nº 10.639/03 para aplicar.
- c. Analisar a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 no ensino de Língua Portuguesa na educação básica.
- d. Refletir sobre as potencialidades de ensino de africanismos na Língua Portuguesa como forma de atender a Lei nº 10.639/03.

- **Atividades básicas do módulo 3:**

- a. Redigir um texto opinativo acerca da importância das políticas educacionais na prática de ensino de Língua Portuguesa.
- b. Responder ao fórum de discussões acerca da Lei nº 10.639/03.
- c. Participar na construção do glossário de africanismos no português do Brasil.
- d. Construir um plano de ensino em grupo a distância acerca de como trabalhar a Lei nº 10.639/03 no ensino de Língua Portuguesa.

8.5. Módulo 4:

- Carga horária/semana: 10h/ 1 semana.
- Tema: Currículo de Língua Portuguesa e a Lei nº 10.639/03.
- Subtemas:
 - a. Como elaborar um currículo de Língua Portuguesa para atender a Lei nº 10.639/03.
 - b. O que são as políticas afirmativas e como trabalhá-las em Língua Portuguesa.
 - c. O que é projeto político-pedagógico de uma instituição.
- **Objetivos específicos:**
 - a. Construir possibilidades de projetos político-pedagógicos de ensino de Língua Portuguesa que atenda as orientações da Lei nº 10.639/03.

- b.* Apreender o contexto político das ações afirmativas designadas pelo PLANAPIR.
 - c.* Analisar o PLANAPIR quanto à aplicabilidade no ensino de Língua Portuguesa na educação básica.
 - d.* Analisar projetos político-pedagógicos acerca do ensino de Língua Portuguesa contemplando a Lei nº 10.639/03.
- Atividades básicas do módulo 4:
 - a.* Redigir uma proposta de projeto político-pedagógico de ensino de Língua Portuguesa que atenda a Lei nº 10.639/03.
 - b.* Responder ao fórum de discussões acerca das ações afirmativas estruturadas pelo PLANAPIR.
 - c.* Participar da construção do glossário de africanismos no português do Brasil.
 - d.* Analisar os planos de ensino dos colegas que foram construídos no módulo anterior por meio de fórum participativo.

8.6. Módulo 5:

- Carga horária/semana: 20h/ 2 semanas.
- Tema: Projeto de intervenção em Língua Portuguesa.
- Subtemas:
 - a.* Esquematizar um projeto interdisciplinar de intervenção na Lei nº 10.639/03 na educação básica.
 - b.* Que temáticas trabalhar para aplicar um projeto interdisciplinar de influência africana no Brasil.
 - c.* Construção de um glossário de africanismos em sala de aula com base em textos de diversas de conhecimentos terminológicas.
 - d.* Os contos de origem africana nas aulas de Língua Portuguesa para documentação do registro oral e escrito.
 - e.* O papel do negro no enredo dos livros literários de Língua Portuguesa.
- Objetivos específicos:
 - a.* Construir um projeto interdisciplinar para uma Feira de Cultura com recorte de influência africana.

- b.* Analisar os contos de origem africana.
 - c.* Analisar os enredos de livros literários brasileiros quanto ao papel do negro no enredo.
- Atividades básicas do módulo 5:
 - a.* Finalizar a construção do glossário.
 - b.* Pesquisar contos de origem africana e postar como atividade *off-line* na plataforma para leitura e análise de todos participantes.
 - c.* Responder aos fóruns acerca dos enredos de obras literárias brasileiras quanto ao papel do negro na constituição da obra.
 - d.* Produzir um projeto interdisciplinar de intervenção a fim de ser trabalhado em uma Feira de Cultura de instituição de Educação Básica.
 - e.* Analisar os projetos interdisciplinares dos colegas por meio de fóruns.

Observações:

1. As especificações podem sofrer alguma alteração, caso necessário, de conteúdos com vistas ao dinamismo das aulas.
2. O fórum de dúvidas, sala virtual e diário de bordo não serão pontuados, entretanto são ferramentas importantes para a interação e organização do aluno.
3. Em todas as atividades avaliativas, serão avaliados os processos de comunicação como clareza, objetividade, criticidade, pertinência, conhecimento e participação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa final da pesquisa, apresentamos as apreciações conclusivas acerca da pesquisa desenvolvida e indicamos os novos caminhos sobre a temática em estudo, visto que o tema é amplo. Até então, abordamos somente um aspecto de análise: a política linguística, relativa à Lei nº 10.639/03.

Esta pesquisa constatou, por meio de questionários de análise, que a educação básica possui déficit de aplicação da Lei nº 10.639/03, em especial em conteúdo de Língua Portuguesa, devido à falta de materiais didáticos atuais, como dicionários e livros literários com contos de origem africana, uma vez que os contos africanos tiveram em grande parte a oralidade como meio de transposição de informação entre gerações. A oficialização da língua portuguesa nos países africanos de colonização portuguesa demonstra que, mesmo nesses países, o português não perdeu a sua importância, mas, tampouco, fez com que as línguas africanas ali existentes desaparecessem.

A publicação da Lei nº 10.639/03, que nos motivou a escrever esta dissertação, deixou claro que somente a Lei nº 10.639/03 não é suficiente para que o sistema educacional cumpra o seu papel. Para além disso, é necessário um planejamento linguístico que coloque em prática, na sala de aula, orientações e exigências legais. No capítulo 2 desta dissertação, apresentamos dois agentes fundamentais no processo de aplicação da Lei nº 10.639/03: a) a formação do docente do curso de licenciatura em Letras, língua portuguesa; b) a atuação do docente de Língua Portuguesa, conhecedor da Lei nº 10.639/03, na educação básica.

Para chegar a uma proposta de planejamento linguístico, analisamos os dois modelos de planejamento linguístico de Haugen, descritos em Calvet (2007), e aplicamos o resultado da análise à Lei nº 10.639/03, sendo que o segundo modelo se mostrou o mais adequado devido ao raio de aplicação, que percebe possíveis mudanças na Lei em vista dos estudos lexicais e terminológicos e distribuição em nível alterações semântico-sintáticos de linguagem em que os africanismos estão presentes.

Esse segundo modelo de Haugen para planejamento linguístico serviu de ponto de partida para a criação de uma disciplina que contemple a temática, pelo ponto de vista linguístico, para os cursos de licenciatura em Letras, visto que é necessária uma formação

adequada de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana sob a óptica linguística nos cursos de licenciatura de Letras.

Ressaltamos, no entanto, que é necessário que todos os cursos de licenciatura possuam conhecimentos básicos de história e cultura afro-brasileira e africana para que os futuros professores da Educação Básica trabalhem a temática em todos os componentes curriculares como conteúdo sistemático, conforme propõe a Lei nº 10.639/03, e não apenas como tema transversal desenvolvido pelos PCNS, em especial o PCNS de diversidade cultural e sexualidade.

Para ampliar nossa proposta de aplicação da Lei nº 10.639/03, propomos também um curso de extensão aos professores e profissionais da educação básica a distância no ambiente virtual de aprendizagem *moodle*, intitulado *Africanismos no Português do Brasil*, para que adquiram um conhecimento básico sobre a temática e dialoguem com os futuros docentes. Assim, possibilitam-se discussões ricas em sala de aula acerca da educação étnico-racial, com o objetivo de atender às determinações dos documentos regulamentadores da educação básica.

Esperamos, com este estudo, possibilitar a discussão acerca dos Africanismos que tanto enriquecem a Língua Portuguesa desde o período da colonização brasileira até os dias atuais, com elementos culturais significativos. Além disso, pretendemos, em breve, produzir materiais didáticos dedicados à prática do tema, para serem usados em sala de aula e desenvolver pesquisas no campo da lexicologia e terminologia de africanismos com a intenção de produzir dicionários temáticos que descrevam o léxico, resultante do contato entre línguas africanas e o Português do Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. C. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Brasília: ed. do autor, 1980.
- ANDERSON, Leon. *The open Road to Ethnography's future*. Journal of Contemporary Ethnography, vol. 28, nº 5, 1999, pp. 451-459.
- ANDRADE, A. *Aspectos da Cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1939.
- ARONOFF, Mark. REES-MILLER, Janie. *Handbook of linguistics*. Blackwell Publishers: 2000.
- AZEREDO, José Carlos de(org). *Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.
- BASTIDE, Roger. VERGER, Pierrer. *Brasil Terra dos Contrastes*. Difel, 1961.
- BASTOS, Neusa Barbosa (org). *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo: IP-PUC-SP; EDUC, 2010.
- BONVINI, E.; PETTER, M. M. T. *Portugais du Brésil et langues africaines*. *Langages* Paris: Larousse.1998.
- BONVINI, E. ; NUNES, J. H. ; PETTER, M. . *Palavras de origem africana no português do Brasil: do empréstimo à integração. Mots d'origine africaine dans le portugais du Brésil : de l'emprunt à l'intégration. Historia do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2008, v. , p. 147-162.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares de Língua Portuguesa . 1o e 2o ciclos*. Brasília: 1997.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares: pluralidade cultural e orientação sexual*. Brasília: 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Ação Educativa. Educação de jovens*. Brasília: 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto/INEP. *Matrizes curriculares de referência para o SAEB*. Brasília: 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares de Língua Portuguesa. 3º e 4º ciclos*. Brasília: 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares de Língua Portuguesa. Ensino Médio*. Brasília: 2000.

CALVET, Louis-Jean. *Tradição oral & tradição escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. Traduzido por Waldemar Ferreira Netto, Maressa de Freitas Vieira.

_____. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007. Traduzido por Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno.

CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, João Ferreira. DOURADO, Luiz Fernandes. *Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil*. Educação & Sociedade, ano XXII, no 75, Agosto/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf> . Acessado em: 18 de maio de 2011.

CAMARA JÚNIOR, Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 11º Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. Bahia: Martins Fontes, 2008.

COSTA e SILVA, Alberto da. *Um passeio pela África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2010.

_____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia au Brésil*. Tese de doutorado em línguas e literatura africana. Université Nacional Du Zaire. 1976.

_____. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria de Estado da Cultura. 2002.

_____. *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário Afro-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras Topbooks. 2001.

_____. *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador: UFBA/CEAO, s/d.

CEREJA, Willian. COCHAR, Thereza. *Literatura Brasileira: em diálogo com outras literaturas e outras linguagens*. 4ª Ed. São Paulo: Atual, 2009.

_____. *Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação*. 3ª Ed. São Paulo: Atual, 2009.

COMITINI, Carlos. *África: o povo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. Traduzido por Maria Carmelita Pádua Dias.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Ana Stela de A. (org). *Falando em Quilombo: A implementação da Lei 10.639 na sala de aula*. São Luís, 2005.

CUNHA, C. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DUBOIS, J. et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

ELIA, Silvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão. 1979.

FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FIORIN, José Luiz. PETTER, Margarida.(orgs) *África no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

FRAGA, Walter. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954 (1. ed. 1933).

_____. *Sobrados e Mucambos*. 4. ed. 2. tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

GALVES, Charlotte. GARMES, Helder. RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: Caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMMERSLEY, Martyn. ATKINSON, Paul. *Etnografía: métodos de investigación*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica. 1994.

HENCKEL, Rosa Cunha. *Tráfego de palavras: Africanismos de origem banto na obra de José Lins do Rego*. Recife: Fundação Ed. Massangana, 2005.

HOLM, John. Creole influence on popular brazilian portuguese. In: GILBERT, G. *Pidgin and creole languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987.

_____. *Languages in contact*. Cambridge University Press. 2004.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

JACCOUD, Luciana(org). *A construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: IPEA, 2009.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. Oxford University Press, 1998.

LOBO, Tânia. OLIVEIRA, Klebson. (orgs). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOPES, Nei. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical*. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

_____. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LYONS, John. *Lingua(gem) e lingüística: uma introdução*. Traduzido por Marilda Winkler Averborg e Clarisse Siechkenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Caminhos da lingüística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1973 (1. ed. 1933)

NARO, A.; SCHERRE, Marta. *Sobre as origens do português popular do Brasil*. Revista D.E.L.T.A. São Paulo, 9, n. especial. 1993.

NARO, Anthony Julius. SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, J. H.; PETTER, M. M. T. (orgs). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: Análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editora, 2006.

OLIVEIRA, Dalida Andrade. *Regulação das Políticas Educacionais na América Latina e suas Consequências para os Trabalhadores Docentes*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 18 de maio de 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Política Linguística e Política Historiográfica: Epistemologia Escrita da História da(s) Língua(s) a propósito da Língua Portuguesa no Brasil Meridional (1754 – 1830)*. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas – UniCamp. 2004.

ORLANDI, Eni P. (org) *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. *História das idéias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

PANTOJA, Selma (org). *Culturas negras no Atlântico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

PERINI, Mário A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RAMOS, Artur. *O negro no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1951.

RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira. (org.) *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola*. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *O problema da raça negra na América Portuguesa*. São Paulo. Nacional, 1903.

_____. *As bellas-artes nos colonos pretos do Brasil: a escultura*. São Paulo. Nacional, 1904.

_____. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1932.

_____. *O animismo fetichista do negro no Brasil*. São Paulo: Nacional, 2006.

SANTOS, Natanael dos. *Minha África Brasileira: educação e diversidade*. São Paulo: Unicamp, 2009.

SAPIR, Edward. *Language*. A linguagem: introdução ao estudo da fala. Traduzido por Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SCHNEIDER, John T. *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese*. Hamburg: Helmut Buske, 1991.

SILVA, Mário José Filipe da. *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: hipótese de modelo estratégico*. Tese de doutorado publicada pela Universidade Aberta de Lisboa, 2005.

SOUSA, Maria Elena Viana. (org.). *Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03*. Rio de Janeiro: Rouvelle, 2009.

TAMBA-MECZ, Irène. *A semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. Traduzido por Marcos Marcionilo.

THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. 2ª Ed. Brasília: IPEA, 2008.

VALE, Flausino Rodrigues. *Elementos de Folclore Musical Brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL-MEC/Brasileira, 1978.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Resende, Lúcia Maria Gonçalves de. (org.). *Escola: espaço político-pedagógico*. Brasília: Papyrus/Universidade de Brasília, 1998.

VOGT, Carlos & FRY, Peter. *Cafundó: A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WHORF, Benjamin Lee. *Language, thought, and reality*. 30ª ed. Cambridge, 1978.

XAVIER, Antonio Carlos. CORTEZ, Suzana. (orgs) *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística?* São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

APÊNDICE

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 01**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 02**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 03**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 04**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Química, Geografia, Ensino Religioso.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ Identificação numérica da instituição de ensino: 05

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 06**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 07**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 08**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 09**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 10**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Ciências e Novo acordo ortográfico.

5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:

relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.

buscam somente o material didático adotado em sala de aula.

demonstram capacitação ao tratar o tema.

não há relatos sobre essa questão.

6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?

A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.

Escritores africanos de Língua Portuguesa.

O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.

Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.

Não há relatos sobre essa questão.

Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,

apresenta total compatibilidade com a temática.

apresenta compatibilidade parcial com a temática.

não contempla a temática.

não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 11**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 12**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 13**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 14**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Geografia e Ensino Religioso.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 15**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Geografia, Ensino Religioso e Redação.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Não especificado.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 16**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 17**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Geografia.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 18**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Geografia e Ensino Religioso.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 19**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Geografia.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 20**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ Identificação numérica da instituição de ensino: 21

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Educação Física.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 22**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 23**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 24**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Ética, Geografia e Inglês.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Geografia.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Livros literários paradidáticos.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 25**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:

relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.

buscam somente o material didático adotado em sala de aula.

demonstram capacitação ao tratar o tema.

não há relatos sobre essa questão.

6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?

A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.

Escritores africanos de Língua Portuguesa.

O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.

Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.

Não há relatos sobre essa questão.

Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,

apresenta total compatibilidade com a temática.

apresenta compatibilidade parcial com a temática.

não contempla a temática.

não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ Identificação numérica da instituição de ensino: 26 “Assuntos Negros”

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Inglês e Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 27**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Educação Física, Geografia e Redação.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 28**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Redação, Educação Física e Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Literatura: Castro Alves e Lendas africanas.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 29**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 30**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): De forma ampla devido à idade das crianças.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 31**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Ciências.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 32**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 33**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Ensino Religioso.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 34**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Educação Física, Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos de livros paradidáticos.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 35**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 36**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 37**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 38**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 39**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 40**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 41**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Obras que tratam do tema.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 42**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Matemática, Geografia e Educação Física.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 43**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 44 “Som Afro”**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 45**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 46**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 47**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Educação Física.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 48 “Representada por advogados”**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 49**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Educação Física.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Educação Física.

5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:

- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
- buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
- demonstram capacitação ao tratar o tema.
- não há relatos sobre essa questão.

6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?

- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):
-

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,

- apresenta total compatibilidade com a temática.
- apresenta compatibilidade parcial com a temática.
- não contempla a temática.
- não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 50**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ Identificação numérica da instituição de ensino: 51

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Geografia.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 52**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Ensino Religioso.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 53**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:

relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.

buscam somente o material didático adotado em sala de aula.

demonstram capacitação ao tratar o tema.

não há relatos sobre essa questão.

6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?

A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.

Escritores africanos de Língua Portuguesa.

O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.

Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.

Não há relatos sobre essa questão.

Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,

apresenta total compatibilidade com a temática.

apresenta compatibilidade parcial com a temática.

não contempla a temática.

não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 54**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Inglês.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 55**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 56**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 57**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 58**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos – Livros paradidáticos.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 59**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 60**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Educação Física.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos – Livros paradidáticos.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 61**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

- Sim. Qual (is)?
 - Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

- Sim.
- Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos – Livros paradidáticos.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 62**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos – Livro paradidático.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 63**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): Educação Física e Geografia.
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 64**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 65**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 66**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 67**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique):Geografia.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 68**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique): Contos – Livros paradidáticos.
7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 69**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

- Língua Portuguesa/Literatura.
- História.
- Filosofia /Sociologia.
- Artes.
- Outro (especifique): Educação Física.

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?
- Língua Portuguesa/Literatura.
 - História.
 - Filosofia /Sociologia.
 - Artes.
 - Outro (especifique): _____
5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:
- relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.
 - buscam somente o material didático adotado em sala de aula.
 - demonstram capacitação ao tratar o tema.
 - não há relatos sobre essa questão.
6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?
- A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.
 - Escritores africanos de Língua Portuguesa.
 - O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.
 - Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.
 - Não há relatos sobre essa questão.
 - Outro (especifique):

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,
- apresenta total compatibilidade com a temática.
 - apresenta compatibilidade parcial com a temática.
 - não contempla a temática.
 - não há relatos referentes a esse tópico.

Este questionário tem o objetivo de analisar os relatórios de instituições particulares da Educação Básica encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro – CDDN – vinculado à Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – com base na implementação da lei nº 10639/03. Os nomes das instituições foram suprimidos e serão identificadas por numeração.

❖ **Identificação numérica da instituição de ensino: 70**

1. A instituição de ensino analisada atende qual segmento de educação?

- Ensino infantil.
- Ensino infantil e fundamental – 1º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino fundamental – 2º segmento.
- Desde o ensino infantil ao ensino médio.
- Ensino fundamental e médio.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio.

2. A temática História e Cultura Afro-Brasileira, direcionada pela Lei nº 10639/03, é trabalhada como conteúdo programático regular em algum componente curricular?

Sim. Qual (is)?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): _____

Não. Por quê?

3. Há indícios de projeto interdisciplinar adotado pela instituição de ensino sobre a temática da Lei nº 10639/03?

Sim.

Não.

4. Em caso afirmativo na questão anterior, quais áreas do conhecimento – componentes curriculares – que o projeto se desenvolve?

Língua Portuguesa/Literatura.

História.

Filosofia /Sociologia.

Artes.

Outro (especifique): Geografia.

5. Quanto aos professores, os documentos encaminhados ao Conselho de Defesa de Direitos do Negro - CDDN:

relatam a dificuldade de acesso a cursos de capacitação sobre a temática em análise.

buscam somente o material didático adotado em sala de aula.

demonstram capacitação ao tratar o tema.

não há relatos sobre essa questão.

6. Quanto ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, de que forma é abordada, em sala de aula, a temática estabelecida pela Lei nº 10639/03?

A influência de vocabulário de origem africana no português do Brasil.

Escritores africanos de Língua Portuguesa.

O papel do negro na composição de enredos de livros literários brasileiros.

Debates norteadores sobre ações afirmativas: sistemas de cotas, preconceito, religião etc.

Não há relatos sobre essa questão.

Outro (especifique): Contos – Livros paradidáticos.

7. Quanto ao material didático de Língua Portuguesa/Literatura adotado em sala de aula,

apresenta total compatibilidade com a temática.

apresenta compatibilidade parcial com a temática.

não contempla a temática.

não há relatos referentes a esse tópico.

ANEXOS

